UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Eduarda Rosa dos Santos

# Caminhos Opostos do Desenvolvimento: Uma Análise das Trajetórias Econômicas da América Latina e do Leste Asiático (1980-2020)

Florianópolis

2025

Eduarda Rosa dos Santos

# Caminhos Opostos do Desenvolvimento: Uma Análise das Trajetórias Econômicas da América Latina e do Leste Asiático (1980-2020)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Santos, Eduarda Rosa dos
Caminhos Opostos do Desenvolvimento: :Uma Análise das Trajetórias Econômicas da América Latina e do Leste Asiático (1980-2020) / Eduarda Rosa dos Santos ; orientador, Hellton Ricardo Ouriques, 2025.
68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Secretariado Executivo, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Secretariado Executivo. 2. Relações Internacionais. 3. Industrialização. 4. América Latina. 5. Leste Asiático. I. Ouriques, Hellton Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Secretariado Executivo. III. Título.

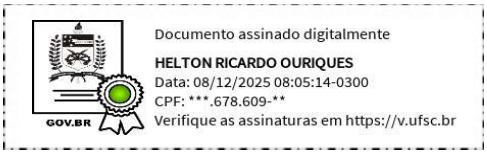
Eduarda Rosa dos Santos

**Caminhos Opostos do Desenvolvimento:** Uma Análise das Trajetórias Econômicas da América Latina e do Leste Asiático (1980-2020)

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2025.

**Banca examinadora**




Prof. Dr.Helton Ricardo Ouriques
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr.Marcos Alves Valente
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.Gabriel Sebben Tadiello
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, 2025.

## AGRADECIMENTOS

Meus eternos agradecimentos, em primeiro lugar, aos meus pais, Rosa e Onildo, que sempre superaram seus próprios limites para que nada nos faltasse em casa e para que eu sempre tivesse acesso à educação. Obrigada por me proporcionarem uma vida cheia de oportunidades. Sem o apoio e o amor de vocês, minha jornada não teria sentido, e minha conquista não teria a mesma importância. Obrigada por me ajudarem a persistir, quando eu achava que não tinha mais forças. Essa vitória é dedicada a vocês e aos meus queridos e amados irmãos. Amo todos incondicionalmente.

Ao meu amado namorado Gastón, meu companheiro de vida. No tengo palabras suficientes para expresar mi gratitud. Fuiste mi ancla en los momentos más desafiantes. Gracias por apoyarme cuando pensé en rendirme y por creer en mí. Gracias por cada abrazo que calmó mi ansiedad. Sos muy especial para mí.

Um agradecimento especial a minha melhor amiga e irmã de alma, Jéssica, por todas as vezes que me acolheu nos momentos de dúvida e por ser uma fonte de inspiração. Agradeço também ao seu esposo e amigo, Benjamin, pelo incentivo valioso em diversos momentos complicados durante a graduação.

Às queridas amigas que o curso de Relações Internacionais me trouxe, vocês foram fundamentais para o meu crescimento como pessoa e meu desenvolvimento acadêmico. Beatriz, obrigada pela paciência para me ensinar o que eu julgava ser impossível de aprender e por tantos momentos entretidos ao seu lado. Débora, sou profundamente grata por nossos caminhos terem se cruzado logo no início da graduação, você terá sempre minha admiração. Pâmela, te agradeço de coração por todos os momentos em que você estendeu a mão pra mim. Sua presença e apoio foram um farol nos dias de escuridão. É um prazer ser considerada amiga de mulheres tão incríveis.

Agradeço também meus queridos amados Vênus e Laila, que foram sempre mais do que animais de estimação. Foram companhia, conforto e afeto nos momentos mais desafiadores da graduação. Sou especialmente grata pelas vezes em que Vênus se deitava no meu colo enquanto eu estudava, oferecendo conforto e companhia.

Ao prof. Helton, meus sinceros agradecimentos por aceitar seu meu orientador desde a primeira vez em que o questionei e nem estava perto de iniciar o processo da tese. Obrigada por despertar em mim, desde as primeiras classes, uma paixão pelo conhecimento que levarei para a vida.

Por fim, à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que sempre admirei de longe e nunca imaginei que teria a oportunidade de estudar neste lugar. Mais do que um espaço público, gratuito e de qualidade, a UFSC foi um ambiente que me transformou como indivíduo. Levo para sempre o orgulho e a gratidão de ter sido estudante desta comunidade.

## RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar, de forma comparativa, as trajetórias de desenvolvimento econômico da América Latina e do Leste Asiático no período entre 1980 e 2020. A pesquisa tem como objetivo investigar como diferentes padrões de atuação estatal moldaram trajetórias divergentes, examinando os casos de Argentina, Brasil e México, assim como Japão, China e Coreia do Sul. A pesquisa utiliza uma abordagem comparativo-histórica, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de dados do Banco Mundial, permitindo identificar os fatores estruturais, institucionais e históricos que explicam o contraste entre as regiões. A metodologia emprega uma análise desagregada para os casos de desindustrialização na América Latinam e uma análise consolidada para o Leste Ásiatico, refletindo o modelo de desenvolvimento comum da região. Os resultados revelam que, a partir da década de 1980, as regiões seguiram percursos opostos. Enquanto o Leste Asiático consolidou um modelo de crescimento baseado na centralidade do Estado e em políticas industriais ativas de longo prazo, a América Latina aderiu ao receituário neoliberal, o que resultou no desmonte da base industrial, perda de dinamismo tecnológico e reprimarização produtiva. O estudo demonstra que a trajetória latino-americana é marcada por um processo de desindustrialização precoce, caracterizada como uma Síndrome Holandesa induzida por políticas que aprofundaram a dependência de commodities e fluxos financeiros voláteis. Em contraste, o Leste Asiático sustentou uma trajetória de crescimento robusto e sofisticado, comprovada pela resiliência industrial a crises e pelo alto patamar de exportações de alta tecnologia. A ascensão da China, a partir dos anos 2000, acentuou ainda mais essa divergência, ao reforçar o padrão primário-exportador na América Latina, configurando um processo de desindustrialização indireta. Conclui-se que a divergência central reside na estabilidade estratégica e na capacidade institucional dos países asiáticos em sustentar o catching up produtivo, em oposição à instabilidade e fragilidade estrutural da América Latina.



**Palavras-chave**: Desenvolvimento econômico. Industrialização. Desindustrialização precoce. América Latina. Leste Asiático.

## ABSTRACT

The general objective of this research is to conduct a comparative analysis of the economic development trajectories of Latin America and East Asia between 1980 and 2020. The research aims to investigate how different patterns of state action shaped divergent trajectories, examining the cases of Argentina, Brazil, and Mexico, as well as Japan, China and South Korea. The research uses a comparative-historical approach, based on a literature review and analysis of World Bank data, to identify the structural, institutional, and historical factors that explain the contrast between the regions. The methodology employs a disaggregated analysis for the cases of desindustrialization in Latin America and a consolidated analysis for East Asia, reflecting the region's common development model. The results reveal that, from the 1980s onwards, the regions followed opposite paths. While East Asia consolidated a growth model based on the centrality of the state and active long-term policies, Latin America adhered to the neoliberal agenda, which resulted in the dismantling of the industrial base, loss of technological dynamism, and productive re-primarization. The study demonstrated that the Latin America trajectory is marked by a process of premature desindustrialization, characterized as a policy-induced Dutch Disease that deepened the dependence on commodities and volatile financial flows. In contrast, East Asia sustained a robust and sophisticated growth trajectory, evidenced by industrial resilience to crises and a high level of high-technology exports. The rise of China from the 2000s onwards further accentuated this divergence, by reinforcing the primary-export pattern in Latin America, configuring a process of indirect desindustrialization. It is concluded that the central divergence lies in the strategic stability and institutional capacity of the Asian countries to sustain productive catching-up, as opposed to the instability and structural fragility of Latin America.



**Keywords**: Economic development. Industrialization. Premature desindustrialization. Latin America. East Asia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Indústria manufatureira (% do PIB) - Brasil, Argentina, México (1980-2000) 27
Figura 2 – Taxa de crescimento promédio anual do produto interno bruto e industrial (1875-2018) 32
Figura 3 – Evolução da estrutura industrial do Brasil (VTI) segundo grupos industriais de acordo com sua especificidade tecnológica (1996-2010) (Em %) 36
Figura 4 – Taxas de crescimento anual da indústria e das exportações manufatureiras (1980-2005) 41
Figura 5 – Evolução do valor agregado manufatureiro a preços constantes (1990 = 100). Países selecionados do Pacífico asiático, 1990- 2018 53
Gráfico 1 – PIB *per capita* (current US$) - Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, China e Japão (2008-2019) 58
Gráfico 2 – Exportações de alta tecnologia (% das exportações de produtos manufaturados) - Argentina, Brasil, China, Japão, Coreia do Sul e México (2008-2020) 59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FMI Fundo Monetário Internacional
ISI Industrialização por Substituição de Importações
MITI Ministério do Comércio e Indústria Internacional
PIB Produto Interno Bruto
ZEE Zonas Econômicas Especiais

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| **1** | **INTRODUÇÃO** | **16** |
| 2 | **DINÂMICA ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA (1980-2019)** | **20** |
| 2.1 | O ESGOTAMENTO DO MODELO DESENVOLVIMENTISTA | 20 |
| 2.2 | A DÉCADA PERDIDA E A CRISE ESTRUTURAL LATINO-AMERICANA | 22 |
| 2.3 | A CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO | 23 |
| **3** | **DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE NA AMÉRICA LATINA** | **26** |
| 3.1 | A TRAJETÓRIA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO ARGENTINA | 27 |
| 3.2 | AS CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA | 33 |
| 3.3 | A DESINDUSTRIALIZAÇÃO MEXICANA E SEUS DETERMINANTES | 38 |
| 4 | **A EMERGÊNCIA DO LESTE ASIÁTICO NA HIERARQUIA ECONÔMICA GLOBAL** | **43** |
| 4.1 | O PROCESSO DE CATCHING UP DO LESTE ASIÁTICO | 48 |
| **5** | **ANÁLISE COMPARATIVA E OS EFEITOS DA ASCENSÃO CHINESA NA AMÉRICA LATINA** | **54** |
| 5.1 | ASCENSÃO CHINESA E O IMPACTO NA AMÉRICA LATINA | 59 |
| **6** | **CONSIDERAÇÕES FINAIS** | **62** |
| | **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** | **65** |

# 1. INTRODUÇÃO

A presente análise discorre sobre as transformações econômicas da América Latina e do Leste Asiático, através dos processos de industrialização e desindustrialização nas últimas décadas, permite compreender não apenas o caminho do desenvolvimento econômico de cada região, mas também como ocorre a redistribuição de posições hierárquicas e as possibilidades de desenvolvimento para os países semiperiféricos e periféricos no sistema internacional. Muito se discute sobre complexidade tecnológica e industrialização, porém, pouco se aborda a associação desses fatores à presença do Estado e ao impacto de agentes externos no desenvolvimento econômico de uma nação.

Surge, portanto, a necessidade de compreender como e por que determinadas economias conseguiram articular políticas industriais, coordenação estatal e uma estrutura produtiva dinâmica capaz de sustentar trajetórias de ascensão produtiva, enquanto outras permaneceram presas em trajetórias de estagnação, regressão industrial e perda de capacidade tecnológica. A partir da década de 1980, as duas regiões seguiram trajetórias opostas: enquanto o Leste Asiático aprofundou políticas industriais ativas com forte coordenação estatal, a América Latina aderiu ao receituário neoliberal, resultando na deterioração de sua base industrial, na perda do dinamismo tecnológico e na primarização das exportações.

Diante disso, torna-se necessário retomar os fundamentos teóricos que atravessam o debate sobre industrialização. Compreender o processo de industrialização e de desindustrialização precoce é essencial para analisar as distintas trajetórias de crescimento econômico entre América Latina e Leste Asiático. Em sua essência, a industrialização é um processo de transformação estrutural no qual a indústria de transformação assume papel central no dinamismo econômico. Até recentemente, as expressões “países industrializados” e “países ricos” eram utilizadas de maneira indistinta, pois a industrialização esteve diretamente relacionada ao crescimento econômico acelerado e ao aumento da renda per capita (BARTIS, 2018). Essa relação foi construída ao longo dos séculos, a partir da Revolução Industrial, que posicionou países como o Reino Unido no topo da hierarquia econômica global através de um crescimento sem precedentes na produtividade.

O processo de industrialização não ocorreu de maneira homogênea em todas as economias. Os países que não contavam com uma elite industrial robusta avançaram de forma tardia. No caso da América Latina, seu processo industrial esteve condicionado não apenas à ausência de uma elite sólida, mas também a fatores externos, como dependência tecnológica, volatilidade financeira e inserção subordinada no comércio internacional (Bértola; Ocampo,

2010). Foi na metade do século XX que os países atrasados conseguiram se industrializar sem que possuíssem inovações próprias.

Após compreender o conceito de industrialização tardia, torna-se necessário delinear os processos de desindustrialização. De modo geral, a desindustrialização refere-se à redução da participação da manufatura no emprego, na produção e no valor agregado. Esse fenômeno pode se manifestar de duas maneiras: uma desindustrialização natural, típica de economias de alta renda que já atingiram elevados níveis de produtividade e complexidade, e uma desindustrialização precoce, característica de economias de média ou baixa renda, que experimentam uma perda abrupta da base industrial, antes de consolidar seu processo de *catching up*. Soma-se a isso a Síndrome Holandesa, um tipo específico de desindustrialização causada por booms de commodities, que valorizam a moeda local e encarecem as exportações industriais. Esse fenômeno desloca recursos para o setor primário e prejudica a competitividade da indústria nacional (Palma, 2019).

A comparação entre América Latina e Leste Asiático revela, portanto, não apenas diferenças de trajetórias, mas divergências de projeto. No Leste Asiático, o Estado desempenhou um papel ativo no âmbito macroeconômico, na proteção de indústrias estratégicas, na promoção de investimento e inovação tecnológica. Em contraste, na América Latina, o colapso do modelo desenvolvimentista e a ascensão do neoliberalismo fragilizaram a capacidade estatal e uma inserção internacional voltada majoritariamente a commodities. Além disso, a ascensão da China, ao intensificar a demanda por produtos primários, reforçou ainda mais essa reprimarização.

A partir da pergunta norteadora da pesquisa: *em que medida a intervenção estatal e a industrialização afetaram o desenvolvimento da América Latina e do Leste Asiático entre 1980 e 2020?,* o principal objetivo do trabalho é analisar de forma comparativa como diferentes padrões de atuação estatal moldaram trajetórias econômicas profundamente divergentes entre as duas regiões ao longo das últimas décadas. Para isso, a escolha dos países analisados está focada, na América Latina, em abordar os casos da Argentina, Brasil e México, os três principais casos de desindustrialização na região. No Leste Asiático, a seleção de Japão, China e Coreia do Sul é justificada por apresentarem distintas etapas de industrialização tardia, com o Japão como pioneiro regional, a Coreia do Sul como um caso de *catching up* acelerado e a China como o maior caso de ascensão industrial contemporânea. A análise comparativa entre esses países permite observar distintos arranjos institucionais e diferentes graus de coordenação estatal.

A escolha do marco temporal iniciado na década de 1980 está fundamentada no ponto de inflexão mais relevante para a economia latino-americana, com o desmonte do Estado desenvolvimentista e a ascensão do neoliberalismo, ao mesmo tempo, na Ásia do Leste, esse período corresponde à consolidação de um modelo de desenvolvimento focado na industrialização. Por fim, o recorte estendido até 2020 permite observar o ciclo completo de divergência entre as regiões antes dos efeitos perturbadores da pandemia de Covid-19, que alteraram indicadores macroeconômicos de forma abrupta e poderiam distorcer a comparação histórica.

Do ponto de vista metodológico, é importante destacar que a análise comparativa adotará abordagens distintas para cada região, refletindo a própria natureza dos objetos de estudo. Para a América Latina, a opção foi por uma análise desagregada, com os estudos de caso detalhados da Argentina, do Brasil e do México. Esta escolha justifica-se pela necessidade de capturar as particularidades do processo de desindustrialização precoce em cada contexto nacional. Em contrapartida, a análise do Leste Asiático será conduzida de forma mais consolidada, integrando as experiências do Japão, Coreia do Sul e China em uma narrativa regional coesa. Esta abordagem reflete a noção de que o fenômeno na região foi articulado por um modelo de desenvolvimento comum, focado na industrialização, sustentado pela centralidade do Estado e por políticas industriais ativas de longo prazo.

Dessa maneira, como parte dos objetivos específicos, busca-se analisar a trajetória econômica da América Latina de 1980 a 2020, examinar os casos de desindustrialização precoce na Argentina, Brasil e México; investigar a ascensão do Leste Asiático no sistema internacional; e realizar uma análise comparativa entre as regiões que sintetize os fatores das trajetórias divergentes. Sob uma abordagem comparativo-histórica, parte-se da hipótese de que a divergência central entre as trajetórias das duas regiões está fundamentada na capacidade de coordenação estatal e na implementação de políticas industriais e estratégicas de longo prazo. A pesquisa utilizará a metodologia baseada na revisão bibliográfica e na análise de dados do Banco Mundial, compreendendo o período de 1980 a 2020.

Para examinar a hipótese apresentada, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo analisa a trajetória econômica da América Latina, com ênfase no esgotamento do modelo desenvolvimentista e nas características que compõem o colapso da industrialização por substituição de importações (ISI). Em seguida, são examinadas as transformações da década de 1980 em diante e o impacto macroeconômico da crise, além da emergência do neoliberalismo como novo paradigma regional.

O segundo capítulo aborda o processo de desindustrialização precoce na América Latina. A partir disso, busca-se entrar em cada uma das trajetórias dos países durante o marco temporal em análise, pontuando padrões e características distintas que corroboram para o quadro de desindustrialização nacional.

O terceiro capítulo se debruça sobre a trajetória do Leste Asiático, explorando o período pós-guerra e pontuando a articulação estatal como fonte de desenvolvimento econômico, além de analisar pontualmente os países em análise da região. Por fim, no último capítulo, pretende-se investigar comparativamente as duas regiões, além de trazer luz sobre a ascensão da China e seu efeito na região latino-americana.

# 2. DINÂMICA ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA (1980-2019)

Este capítulo tem como objetivo analisar a trajetória econômica da América Latina ao longo do período entre 1980 e 2019, evidenciando que a transição do modelo desenvolvimentista para um modelo centrado no neoliberalismo, levou a região a uma reinserção subordinada na economia global. Essa posição foi marcada pela vulnerabilidade externa, reprimarização produtiva dos países e desindustrialização precoce.

Os países da América Latina sofreram com o interrompimento do modelo desenvolvimentista e ficaram à disposição de um modelo que sistematicamente desmontou as capacidades nacionais de planejamento e fomento industrial. Para que esses pontos sejam demonstrados, o capítulo inicialmente explora o legado e a interrupção do projeto desenvolvimentista, e em seguida, aborda como a crise da dívida foi um ponto de inflexão que levou ao projeto neoliberal e a seus efeitos na região, focando no processo de desindustrialização da Argentina, Brasil e México.

## 2.1 O ESGOTAMENTO DO MODELO DESENVOLVIMENTISTA

Para compreender o desdobramento da desindustrialização na América Latina, torna-se necessária a análise do projeto desenvolvimentista que moldou a região no século XX. O projeto surgiu como resposta à crise de 1929, em uma tentativa de reduzir a dependência externa da região, aproveitando o caótico cenário internacional. Essa tentativa de mitigar os impactos do intercâmbio desigual pode ser considerada um esforço de uma parte da semiperiferia global, buscando alterar sua posição através do modelo da Industrialização por Substituição de Importações (ISI), com a idealização de criar um parque industrial robusto. Palma (2022) demonstra que, durante o primeiro período, entre 1950 e 1980, o dinamismo do modelo garantiu à região uma das maiores taxas de crescimento do PIB no mundo (6,1% anualmente) e ganhos expressivos de produtividade (3,1%) e também de emprego (2,9%).

Através da estratégia de fortalecimento das indústrias nacionais, a maior parte da América Latina criou expectativas de que o modelo ISI conseguiria reduzir a vulnerabilidade externa através da industrialização, ao mesmo tempo em que reduziria a concentração de renda e as desigualdades estruturais. Como destaca Bonfanti (2015, p. 3), esse projeto foi implementado de forma heterogênea nos países da região, variando conforme o nível de urbanização e a consolidação da classe média de cada país, com Brasil, Argentina, Chile e

México como pioneiros. Essa heterogeneidade na execução do modelo foi refletida no papel e na capacidade do Estado enquanto um agente indutor do desenvolvimento industrial em cada país.

A Argentina, que havia consolidado uma trajetória de êxito no desenvolvimento econômico, baseada tanto no setor agroexportador quanto na construção de um dos parques industriais mais robustos e diversificados da América Latina, começava a dar sinais de declínio. Apesar do legado positivo na esfera econômica, no plano institucional, o país apresentava um Estado frágil, limitando sua capacidade de intervenção econômica. Além da crise de 1929, a Argentina sofreu um golpe militar no ano seguinte, e uma elite política voltada aos interesses agroexportadores assumiu o poder. Mesmo após o peronismo em 1946, a industrialização continuou seguindo em segundo plano no país (Perissinotto, 2014, p. 15).

Assim como a Argentina, o Brasil havia passado, antes da crise de 1929, por um período de expansão econômica agroexportadora e alcançou um parque industrial relativamente diversificado. O país compreendeu a necessidade de criar um parque industrial sólido, porém, contava com um Estado com baixa capacidade de intervenção econômica. Diferente da Argentina, contava com uma elite disposta a perseguir um processo de industrialização. Em contraste, o México mergulhava nos impactos da revolução da década de 1910, evento que distraiu o país por um longo período em relação ao processo industrial. Com a reconstrução do Estado nacional e a ascensão da elite do norte do país no poder, este começou a caminhar com mais intensidade em direção à estratégia industrial iniciada antes da crise (Perissinotto; Nunes, 2023).

Se o papel do Estado oscilou entre as nações, os resultados da industrialização também não foram homogêneos. O projeto desenvolvimentista na América Latina atingiu o ápice durante as décadas de 1950 e 1970, gerando bons resultados econômicos e, paradoxalmente, aprofundando limitações estruturais que levaram à crise. Durante esse período, a região latino-americana chegou a atingir um crescimento de 8,7% do PIB anual, e de 7,1% nas exportações, devido a um cenário de maior demanda internacional por commodities e à liquidez do sistema financeiro global (World Bank, 2025).

No entanto, o modelo ISI não foi um projeto sustentável na região, e as dependências estruturais, como o atraso tecnológico e a dependência de insumos dos países do centro, começaram a sinalizar as falhas no modelo. Como consequência direta dessa vulnerabilidade estrutural, o modelo esgotou ou foi interrompido em grande parte dos países latino-americanos com a entrada da década de 1970. A exceção parcial foi o México, que, apesar de desmontar sua base industrial construída anteriormente, apostou em um novo

segmento, de tipo *maquila,* ou seja, montagens de produtos finais com base em mão de obra barata (Bielschowsky et al., 2013, p. 34).

Com o final dos anos 1970, a crise do petróleo e a crise no sistema financeiro não apenas sinalizaram o colapso do projeto, como também reafirmaram a fragilidade estrutural das economias latino-americanas frente ao centro global, abrindo caminho para a chamada "Década Perdida", marcada pela submissão às políticas neoliberais (Bielschowsky et. al., 2013). Portanto, o colapso da era desenvolvimentista pode ser interpretado não apenas como uma crise conjuntural, mas como uma evidência de que os países da semiperiferia latino-americana conseguiram industrializar-se apenas de forma dependente e em posição subordinada dentro da hierarquia mundial.

## 2.2 A DÉCADA PERDIDA E A CRISE ESTRUTURAL LATINO-AMERICANA

Esse novo período, cunhado oficialmente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como "década perdida" da América Latina foi um período marcado por uma profunda crise econômica e uma acentuação da dependência externa que assolou a região. Esse contexto de crise é sintetizado por Hermann (2010, p. 13), que caracteriza a década como "uma fase de instabilidade monetária (alta inflação e volatilidade das taxas de câmbio e juros), crise fiscal, ausência, ou mesmo inviabilidade, de políticas de desenvolvimento e estagnação econômica" no Brasil e em outros países da região. Nesse espaço de tempo, os países sofreram com estagnação econômica, hiperinflação, além de desemprego e aumento da pobreza. Esse cenário também significava o esgotamento do modelo ISI como principal motor de crescimento na região.

Ao longo das décadas anteriores, os países apostaram no financiamento nacional através de acumulação da dívida externa, buscando fortalecer seu crescimento industrial e infraestrutura. No entanto, essa estratégia acabou se tornando uma armadilha quando os Estados Unidos elevaram sua taxa de juros em 1979 para combater a aceleração da inflação no país. Para as economias da América Latina, que estavam completamente endividadas, essa decisão representou um choque instantâneo. Com isso, o custo do serviço da dívida externa subiu drasticamente, e a deterioração dos preços das commodities agravou a situação, resultando na insustentabilidade da dívida para diversos países da região (Bértola; Ocampo, 2010, p. 218). Mais do que uma simples crise econômica, o estrangulamento financeiro e a explosão da dívida materializaram a vulnerabilidade estrutural da região e sua posição semiperiférica na hierarquia do capitalismo global.

Como resultado direto dessa vulnerabilidade, o custo econômico se traduziu, de imediato, em um colapso sem precedentes no crescimento econômico regional. Enquanto a década de 1970 para o Brasil representava taxas médias anuais de 14% de crescimento do PIB, na década seguinte houve uma retração, atingindo -4,2%, marcando sua primeira recessão estrutural desde o pós-guerra. A Argentina seguiu um padrão similar, onde o vigoroso crescimento econômico de 10,2% anuais na década de 1970, deu lugar a uma queda de -7,2% em 1989. O gatilho veio em 1982, quando o México, que registrava um crescimento de 9,7% no final dos anos 1970, declarou moratória de sua dívida externa, precipitando uma queda de - 4,6% no PIB até o fim da década (World Bank, 2025). Esse evento desencadeou um efeito dominó na região. Em 1983 o Brasil e, posteriormente, a Argentina, foram obrigados a suspender seus pagamentos, além de outros países da região.

Contudo, por trás das consequências desse colapso regional, as respostas dinâmicas internas de cada país oscilavam, revelando as contradições de seus modelos de desenvolvimento. No México, a moratória de 1982 serviu para conciliar interesses entre credores externos e a elite empresarial local, que estava insatisfeita com os efeitos da descoberta de novas reservas petrolíferas sobre a taxa de câmbio e a competitividade. No Brasil, o impacto do choque externo exacerbou um conflito distributivo e catalisou pressões do setor industrial contra as políticas de industrialização aceleradas no final da década de 1970, o que resultou no Estado absorvendo a maior parte da dívida externa criada e suspendendo investimentos públicos que eram o pilar do ciclo econômico anterior. Já na Argentina e também no Chile, onde políticas neoliberais vinham sendo implementadas desde meados dos anos 1970 sob regimes autoritários, a crise agravou o compromisso com políticas monetaristas ortodoxas, que transferiram o ônus da dívida para a sociedade e estabeleceram acordos com o FMI (Medeiros, 2013, p.101).

Esse cenário definiu a “Década Perdida”, e esta pode ser interpretada não apenas como o fim de um ciclo, mas também como a ascensão de uma nova agenda. O fracasso do projeto desenvolvimentista na região abriu espaço para a entrada de um novo paradigma, onde a vulnerabilidade externa e a dependência financeira foram instrumentalizadas por organismos multilaterais e pelo governo dos Estados Unidos para forjar um consenso em torno das reformas neoliberais. O que se configurou, portanto, foi menos a escolha autônoma dos países e mais uma reestruturação socioeconômica ditada pelas assimetrias globais de poder.

## 2.3 A CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

O Consenso de Washington, formulado em 1989, emergiu como a principal ferramenta de implementação da agenda neoliberal que os países centrais vinham promovendo na América Latina. Este receituário não era um simples conjunto de diretrizes econômicas, mas a expressão de um novo projeto de poder para a região. Suas medidas foram operacionalizadas por organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, com o claro apoio e interesse dos Estados Unidos (Bielschowsky, 2000, p. 57). Enquanto o projeto desenvolvimentista consagrava o Estado como principal motor no caminho da industrialização, o novo paradigma neoliberal promoveu uma virada radical, iniciando o desmonte sistemático dos instrumentos de intervenção estatal na economia.

> A liberalização comercial esteve acompanhada pelo desmonte dos aparelhos de intervenção estatal no desenvolvimento produtivo, que tinham sido concebidos na etapa anterior para promover o desenvolvimento tanto manufatureiro como agrícola. Essa visão foi sintetizada em um lema que se repetiu em vários contextos: "a melhor política industrial é não ter nenhuma política industrial". Na aplicação desse preceito deixou-se de lado um elemento de intervenção a respeito do qual existe maior consenso, a política tecnológica, que também havia avançado muito pouco na fase anterior do desenvolvimento (Bértola; Ocampo, 2010, p. 230).

A fundamentação teórica que embasou as reformas neoliberais na América Latina partia do pressuposto de que a globalização era um processo histórico irreversível, ao qual todas as nações deveriam se submeter. Para Bértola e Ocampo (2010, p. 226), o Consenso de Washington, com sua agenda de reformas, poderia ser identificado quase como sinônimo de reformas de mercado. Essa narrativa construía uma dicotomia enganosa, na qual os países deveriam se integrar ao novo ordenamento global sujeitos às regras do liberalismo econômico, ou estariam fadados ao isolamento e ao subdesenvolvimento permanente, condenados à estagnação e ao subdesenvolvimento permanente. Contudo, é essencial decifrar o real objetivo por trás desse discurso, já que o projeto neoliberal, em sua essência, visava fragilizar os Estados nacionais, desmantelando sistematicamente as estruturas de desenvolvimento autônomo construídas no período desenvolvimentista (Munhoz, 2002, p. 14).

Assim como a implementação do projeto desenvolvimentista, a agenda neoliberal na América Latina também não foi uniforme. O centro do pensamento econômico deslocou-se para os paradigmas das economias industrializadas, sobretudo dos Estados Unidos. Nesse sentido, Bértola e Ocampo (2010, p. 226) distinguem os países que realizaram amplas

reformas e mudanças rápidas, chamados de “reformadores agressivos”, como o caso da Argentina, Bolívia, Chile e Peru. E no caso dos países que avançaram de forma fragmentada e lenta, foram cunhados de “reformadores cautelosos" como Brasil, México, Costa Rica e Colômbia.

Esse cenário configura um paradoxo: tanto a abertura econômica quanto a política liberal não garantiram maior inclusão social nem autonomia decisória. Segundo Bértola e Ocampo (2010, p. 224), os avanços sociais conquistados durante a fase de industrialização dirigida pelo Estado foram drasticamente revertidos. A incidência da pobreza de 1980 a 1990 aumentou em quase 8 pontos percentuais, acompanhada por uma piora na distribuição de renda. Este retrocesso foi agravado pela queda dos salários reais no setor formal e pela expansão do emprego informal, configurando um desmonte do tecido social. Embora o Chile e o México, dois dos países mais impactados durante a década perdida, tenham iniciado uma recuperação econômica precoce, a maior parte da América Latina só conseguiu superar a crise com a implementação do Plano Brady em 1989, por meio da renegociação da dívida externa e com o cenário de melhora das taxas de juros e aumento do fluxo de capitais estrangeiros na região.

Contudo, a recuperação que seguiu foi ilusória e frágil. Apesar do crescimento médio de 3,5% do PIB na América Latina entre 1990 e 1997, a vulnerabilidade externa permaneceu como uma característica estrutural dessas economias. Essa vulnerabilidade se tornou evidente durante as sucessivas crises financeiras que assolaram a América Latina naquela década, como a crise do México em 1994 e da Argentina em 1995, e com o impacto da crise asiática em 1997 (Bielschowsky, 2000, p. 62) demonstrando que o crescimento estava sustentado em fundamentos precários e em capital volátil, e não em um modelo de desenvolvimento sólido e autônomo.

## 3. DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE NA AMÉRICA LATINA

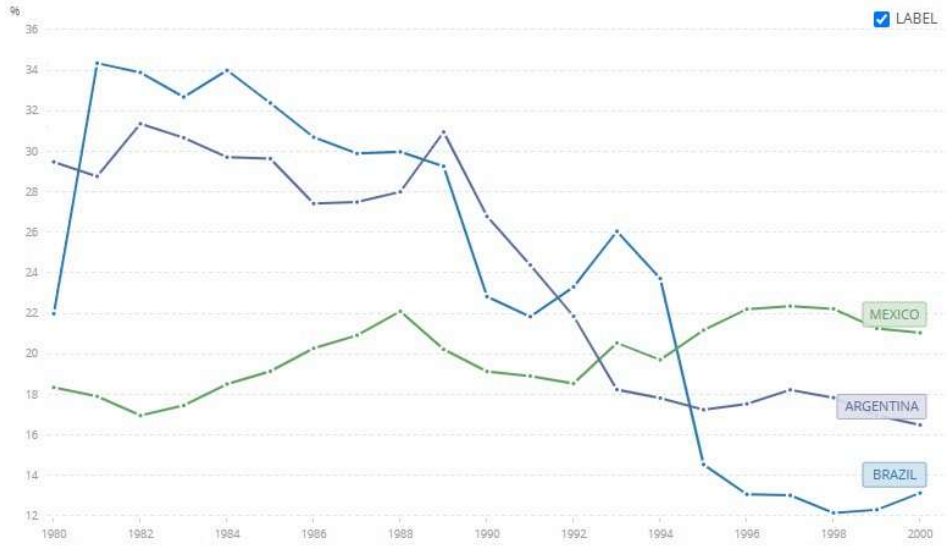
Além dos custos sociais e da vulnerabilidade econômica, o legado mais duradouro e estrutural do projeto neoliberal foi a desindustrialização precoce na América Latina. Após a década de 1980, a indústria manufatureira na região começou a perder participação relativa no PIB, evidenciando um enfraquecimento do setor produtivo. Enquanto esse era o cenário na região, as manufaturas se consolidavam como principal motor do comércio internacional, como destaca Marcelo Arend (2014, p.15), "as manufaturas são as mercadorias mais demandadas no comércio internacional desde os anos 1980", especialmente os produtos vinculados à microeletrônica, que superam setores como o automotivo.

Para entender as raízes do declínio estrutural latino-americano, é crucial analisar a desindustrialização à luz da Síndrome Holandesa. Originalmente associada à experiência da Holanda na década de 1960, que com a descoberta de grandes reservas de gás natural, desencadeou um boom de exportações que levou à queda do setor industrial doméstico. A Síndrome Holandesa é, então, um processo de desindustrialização induzido por um *boom* em um setor primário, tipicamente associado à descoberta de recursos naturais. Além da descoberta de recursos naturais, outro ponto que pode levar um país a experienciar a Síndrome Holandesa são as mudanças abruptas na política econômica, que podem resultar no processo de reprimarização da economia. No caso da América Latina, a liberalização acelerada e a reversão das estratégias de industrialização nas décadas de 1980 e 1990 aprofundaram a dependência de commodities (Palma, 2019, p. 929).

Como observa Palma (2019, p. 903), países como Argentina e Chile, que alcançaram níveis de industrialização comparáveis aos países de economias maduras durante a década de 1960, viram sua participação industrial entrar em queda para menos de 10% do PIB após a implementação das reformas neoliberais. Esse processo reflete o efeito de deslocamento típico da Síndrome Holandesa, onde recursos produtivos migram para setores de recursos naturais e estrangulam o setor manufatureiro. Além disso, no caso do Chile, é evidente que a abundância de recursos naturais sem políticas de compensação pode se converter em uma vulnerabilidade estrutural que obstrui a diversificação econômica e a inovação tecnológica.

Esse processo de desindustrialização na América Latina, induzido por políticas, como é teorizado por Palma (2019), materializa-se de maneira evidente na trajetória econômica das principais economias da região:

**Figura 1 – Indústria manufatureira (% do PIB) - Brasil, Argentina, México (1980-2000)**




Fonte: World Bank (2024). Manufacturing, value added (% of GDP)

Como ilustra a Figura 1, pode-se dizer que o declínio na participação não constitui um processo natural de maturidade econômica, mas sim uma desindustrialização prematura, consolidada através de rupturas políticas e falhas estruturais. Enquanto economias avançadas experimentam uma desindustrialização gradual, com a transição de empregos manufatureiros para serviços de alta produtividade e valor agregado, a experiência latino-americana foi marcada por um colapso industrial acelerado, caracterizado por uma Síndrome Holandesa induzida por políticas (Palma, 2019, p. 929-930).

Ainda, para o autor, a América Latina enfrenta uma contradição singular, em que, a despeito de sua abundância de recursos naturais, o processo de desindustrialização regional não derivou de um *boom* primário, e sim da reconfiguração do modelo econômico, de um projeto liderado pelo Estado para outro orientado pelo mercado. Dessa forma, o Sul Global assistiu à deterioração da sua capacidade industrial como resultado de uma interferência política e não por ausência de potencial (Palma, 2019).

## 3.1 A TRAJETÓRIA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO ARGENTINA

O primeiro caso a ser analisado é o da trajetória industrial da Argentina, que se consagrou como um dos casos de desindustrialização precoce mais representativos na América Latina. O surgimento da indústria moderna no país está intrinsecamente ligado ao

modelo agroexportador. Esse ciclo foi impulsionado por transformações tecnológicas e produtivas, além da inserção da Argentina no comércio internacional e da chegada de trabalhadores e capitais. Esses elementos impulsionaram o processo de urbanização e o crescimento da renda, criando um mercado interno em expansão (Odisio; Rougier, 2022, p.18).

Contudo, essa trajetória de crescimento não se sustentou e logo o país perdeu a posição de uma das economias mais ricas e industrializadas do mundo no início do século XX, sofrendo uma deterioração de sua estrutura produtiva a partir da década de 1970, devido a uma mudança na direção política que culminou em uma profunda crise na virada para o século XXI. Essa mudança na estratégia de desenvolvimento, que precedeu o golpe de Estado, foi marcada pela ascensão hegemônica do projeto neoliberal, com o intuito de reverter o impulso industrializante e enfraquecer grupos sociais vinculados a esse projeto (Neto; Vernengo, 2013, p. 119).

É crucial ressaltar que a transição para o neoliberalismo não aconteceu pelo esgotamento do modelo ISI, pois no começo da década de 1970, o país apresentava um desempenho econômico satisfatório, motorizado principalmente pela indústria. Em 1974, o PIB manufatureiro argentino equivalia a 52,3% do brasileiro e 71,9% do mexicano. A ruptura com o modelo vigente aconteceu devido à formação de um projeto político, que levou os militares a alcançarem o poder e, a partir de então, a Argentina passou a sofrer um forte retrocesso industrial. Consequentemente, no início do século XX, o PIB manufatureiro caiu para 33,2% em relação ao Brasil e 43% em relação ao México (Wainer; Schorr, 2022, p.2). Esse declínio evidencia o resultado do longo ciclo neoliberal no país que implicou no abandono da estratégia industrial.

Mesmo assim, é importante considerar o papel central do modelo ISI na economia desde a década de 1930, que contribuiu para reduzir fortemente a dependência do setor agroexportador. Apesar disso, diferente de outros países, o desenvolvimento industrial argentino foi mais isolado e não se refletia tanto em outros setores econômicos. O projeto industrial na Argentina passou a ser considerado como algo insustentável, especialmente num contexto em que a elite industrial do país estava atrelada à antiga oligarquia agroexportadora. Além disso, os choques do petróleo e seus efeitos, assim como a aceleração inflacionária, contribuíram para a mudança de estratégia do desenvolvimento argentino (Neto; Vernengo, 2013, p. 119).

Com a redemocratização da Argentina em 1983, o país levava consigo um legado crítico de uma economia altamente endividada e uma frágil matriz produtiva. Ao longo da

década de 1980, o país passava por um grande problema em renegociar a dívida externa, o que gerou restrições econômicas severas. As taxas de crescimento entraram em queda e como aponta Schorr (2021, p. 266), a desindustrialização, a reestruturação do perfil manufatureiro e a regressividade distributiva se consolidaram, mesmo com um cenário divergente aos anos anteriores e com alterações nas modalidades de intervenção estatal.

A consequência desse longo ciclo neoliberal, vigente entre 1976 e 2001, foi profundamente negativa para a indústria. Como destaca Schorr (2021, p. 267), o período acumulou uma queda no produto industrial em torno de 5% e de 33% quando considerados os registros *per capita*. As políticas implementadas a partir de 1976 reverteram o rápido crescimento na Argentina, que a partir de então cresceu mais lentamente comparado ao período anterior. A estagnação foi tal que, em 1999, o PIB *per capita* não superava os níveis alcançados em 1974. A economia do país estava estancada, afundando-se em crises e recessões profundas (Odisio; Rougier, 2022, p. 88).

O processo de desindustrialização atingiu o ponto mais crítico durante a década de 1990, que ficou marcada como o ápice da agenda neoliberal, com uma onda de liberalização e reformas pró-mercado, o que levou a profundas cicatrizes na estrutura produtiva (Porta; Santarcángelo, 2018, p. 4). Foi nesse contexto que se implementou o plano de convertibilidade, que tinha o objetivo central de reduzir a inflação. Inicialmente, o projeto trouxe resultados positivos, com a reentrada de capitais externos após o Plano Brady. Entretanto, o setor industrial argentino passou por uma das crises mais severas com o início da década de 2000. Tanto o colapso da economia nacional quanto o do plano de conversibilidade contribuíram para a queda do produto industrial *per capita*, que despencou a patamares semelhantes aos de quatro décadas anteriores (Ghibaudo; Raccanello, 2021, p.315).

Essa deterioração revela fragilidades estruturais mais amplas, visto que, assim como o restante da América Latina, as exportações argentinas estavam voltadas às necessidades do serviço da dívida externa, revelando-se incapazes de impulsionar um crescimento acelerado (Neto; Vernengo, 2013, p. 123). A breve recuperação que se seguiu foi rapidamente interrompida, e o país logo mergulhou em uma das piores crises de sua história, pois o quadro econômico demonstrava as vulnerabilidades do plano, cujo colapso, levou a Argentina a declarar a moratória de sua dívida externa (Santarcángelo; Porta, 2018).

No entanto, esse colapso não é fonte de uma falha de política econômica pontual, mas de uma conjunção das características estruturais do desenvolvimento econômico argentino. Desse modo, a estrutura industrial argentina revela uma fragilidade histórica, na qual, assim como outros países latino-americanos, a Argentina se mostrou fortemente dependente da

entrada de capital e tecnologia estrangeira em relação a outras regiões periféricas (Neto; Vernengo, 2013, p. 128). Essa dependência estrutural, agravada pelas políticas de abertura e desregulamentação dos anos 1990, impediu que o país consolidasse uma base tecnológica robusta e endógena, evidenciando sua vulnerabilidade em relação às oscilações do sistema internacional.

A magnitude desse retrocesso industrial é bem retratada pela comparação entre 1974 e 2001: o PIB industrial *per capita*, que era de 100 em 1974, caiu para 67,3 em 2001, acumulando uma queda de 32,7% no período (Schorr, 2021). Tal desempenho demonstra que a estrutura industrial argentina havia se tornado mais frágil do que a das últimas etapas do modelo de ISI. Essa desmontagem produtiva foi resultado direto do predomínio neoliberal que reconfigurou a estratégia de desenvolvimento econômico no país.

Contudo, a análise das exportações durante esse período revela um movimento paradoxal. Tendo em consideração as análises de Neto e Vernengo (2013), foi com a liberalização da década de 1990 que foi registrado um aumento das exportações de bens intensivos em tecnologia. Apesar da expansão, a posição periférica do país na divisão internacional do trabalho continuava intacta, visto que as exportações ainda se concentravam basicamente em produtos tradicionais. Além disso, em comparação com outras economias periféricas, as exportações argentinas de produtos de alta tecnologia permaneciam reduzidas.

Um dos motivos que consolidaram esse quadro de desmonte industrial reside no fato de que o país passou a se basear na exploração de vantagens comparativas estáticas, no caso da Argentina, sobretudo na produção de alimentos e em menor escala, na refinação de petróleo e no setor automotivo. Assim, como descrito por Wainer e Schorr (2022, p.6), grande parte das indústrias que registraram maior expansão e peso relativo no setor industrial, mostraram baixo dinamismo na criação de cadeias de valor agregado, empregos e desenvolvimento tecnológico nacional.

O quadro econômico e social no início da década de 2000 era crítico para o país, sendo marcado pelo colapso do plano de conversibilidade e pela declaração de moratória da dívida externa. Essa crise profunda resultou na queda de 11% das empresas nacionais e deixou grande parte da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional. No entanto, esse mesmo colapso criou condições para uma virada no país. Com o abandono do plano e a desvalorização do peso argentino, o país ingressou em uma nova fase de crescimento, baseada em um novo processo de reindustrialização e uma onda significativa de empregos (Santarcángelo; Porta, 2018).

Com uma nova visão de desenvolvimento, a Argentina abriu espaço para a retomada da atividade industrial e sua revalorização, que passou a obter novamente uma posição central no desenvolvimento econômico e no setor de empregos. A tal ponto que, "Treze anos depois da mega crise de 2002, a economia argentina seria três quartos maior; entre 2001 e 2015 (mesmo considerando a queda de onze pontos em 2002, o PIB cresceu mais do que o dobro do registrado entre 1976 e 2001, durante o modelo de valorização financeira" (Ghibaudo; Raccanello, 2021, p. 315, tradução nossa)[1].

Além disso, o país conseguiu reduzir a distância que possuía em relação aos países do centro, acompanhando o desempenho da Ásia do Leste nesse período. Outro ponto positivo para o desempenho econômico argentino foi o impacto da demanda externa por produtos primários no país, devido à emergência de potências como a China e a Índia e da priorização das relações com países vizinhos. Paralelamente, o governo passou a priorizar um esforço no que tange à inovação tecnológica, alocando recursos para a fomentação de políticas relacionadas à ciência e tecnologia (Ghibaudo; Raccanello, 2021, p. 316).

Apesar desse esforço, o setor industrial foi um dos mais atingidos no período de crise, visto que, entre 1998 e 2002, a indústria manufatureira sofreu uma queda de 27% de seu produto real. O país só começou a melhorar o setor no fim de 2002, e o desempenho da indústria manufatureira foi melhor que o PIB em 2003 com crescimento de 8% anualmente até 2009. Com a crise de 2008, apesar dos países mais afetados serem os do centro, a Argentina também foi atingida negativamente e teve seu desempenho piorado. Novamente, o país buscava navegar através das limitações históricas de dependência e restrições externas que atingiam o país (Ghibaudo; Raccanello, 2021).

Como resposta à crise, o governo implementou políticas expansivas que, ainda que de caráter emergencial, garantiram uma rápida retomada do crescimento e a recuperação do setor industrial a partir de 2010 (Santarcángelo; Porta, 2018). Consequentemente, a partir desse período o país apresentou uma taxa de crescimento do setor manufatureiro de 10,9% em 2010 e 7,7% em 2011, além do crescimento de empresas no país. O ciclo expansivo trouxe resultados positivos no aumento do emprego e do salário real no setor industrial (Ghibaudo; Raccanello, 2021, p. 318), porém sinais de esgotamento começaram a surgir no setor fabril.

Esses sinais de esgotamento estavam presentes especialmente no que tange aos limites estruturais desse modelo de crescimento. A Argentina não conseguiu superar a dependência

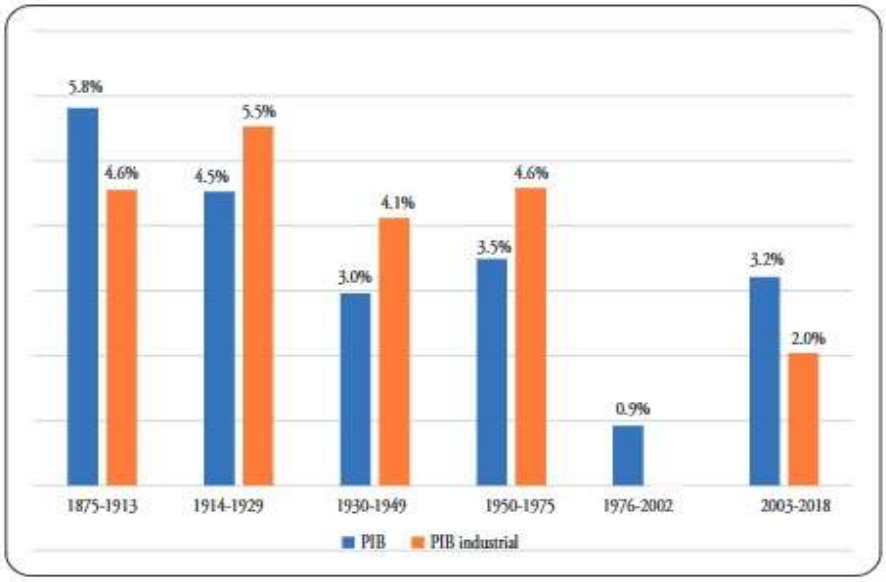
[1] Traduzido do original: Trece años después de la megacrisis de 2002, la economía argentina sería tres cuartas partes mayor; entre 2001 y 2015 (incluso considerando la caída de once puntos en 2002, el producto bruto interno (PBI) creció más del doble en el período de 1976-2001 bajo el modelo de la valorización financiera.

externa em relação a insumos e máquinas e esse cenário limitava uma transformação no seu tecido industrial, afirmando que o processo de desindustrialização herdado do período neoliberal continuava presente. Como destacam Ghibaudo e Raccanello (2021, p. 318) a participação da indústria no PIB argentino, que havia alcançado 23% no biênio entre 2002 e 2003 imediatamente após a desvalorização cambial, iniciou um declínio estrutural posteriormente. Apesar da recuperação econômica de 2010, o setor manufatureiro não alcançou a barreira dos 16% de participação no produto total. Esse processo de perda de relevância intensificou-se após 2011, em que a participação recuou para 14% em 2015, cedendo espaço para que outros setores econômicos se ampliassem.

Entrando em 2015, a situação econômica exibia sinais claros de esgotamento do modelo vigente, o país começou a apresentar um processo inflacionário crescente, que atingia patamares ao redor de 15%, e uma estagnação da demanda agregada. Esse cenário não incentivou o investimento privado, e resultou em uma formação de capital em 2015 que foi 8% inferior à de 2011, ano em que houve o maior investimento em termos constantes da história recente da Argentina. Sobretudo, o setor industrial foi drasticamente atingido por essa conjuntura. As exportações de manufaturas de origem industrial registraram uma queda aproximadamente 40% mais acentuada em relação ao setor agropecuário, evidenciando uma forte regressão setorial (Odisio; Rougier, 2022, p. 44).

O cenário de estagnação e esgotamento do modelo em 2015 pavimentou o caminho para uma virada política, levando à entrada de uma coalizão liberal que iniciaria um novo ciclo de políticas ortodoxas. Consequentemente, entre 2015 e 2019, a Argentina entra em retração, em torno de 3% e sofre uma queda superior a 14% no setor manufatureiro.

**Figura 2 – Taxa de crescimento promédio anual do produto interno bruto e industrial (1875-2018)**




Fonte: Odisio e Rougier (2022, p. 19), com base em Salles (2021).

No entanto, para entender a magnitude do colapso ocorrido entre 2015 a 2019, é essencial observar a trajetória de longo prazo da indústria argentina, sintetizada na Figura 2. A economia ingressou em um prolongado período de estagnação e desindustrialização a partir das reformas de 1976. Nesse intervalo, até 2002, o crescimento médio do PIB beirava cerca de 0,9%, afetando negativamente o setor industrial. Embora o período entre 2003 e 2018 tenha apresentado uma recuperação do PIB, com 3,2%, o crescimento do PIB industrial permaneceu em 2%, indicando uma perda definitiva de dinamismo da manufatura.

É precisamente esse enfraquecimento estrutural da base industrial, consolidado ao longo de quatro décadas, que explica a severidade da retração observada entre 2015 e 2019. Quando a nova coalizão liberal implementou seu choque de políticas ortodoxas, a economia, já estava fragilizada, não teve resistência para suportá-lo e isso levou a uma queda de 3% do PIB e no colapso de mais de 14% do setor manufatureiro. Portanto, a crise recente não é apenas um episódio isolado, mas o previsível desfecho de um processo histórico de desindustrialização no país.

## 3.2 AS CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A industrialização brasileira, conforme aponta Suzigan (1988, p. 494), não foi um processo linear. Historicamente, a primeira experiência de industrialização impulsionada pelo Estado ocorreu na década de 1950. Antes disso, seu crescimento esteve atrelado à renda do

setor agroexportador, consolidando-se tardiamente através de políticas de substituição de importações e investimentos estatais em setores estratégicos. No entanto, esse modelo, que alcançou seu ápice nas décadas seguintes, sofreu um esgotamento. A partir dos anos 1980, o país começou a exibir claros sinais de um processo de desindustrialização precoce.

Conforme demonstra Arend (2014, p. 38), "desde a década de 1980, a indústria de transformação vem perdendo participação no PIB, em detrimento do setor de serviços". Esse fenômeno é caracterizado como precoce dado o nível de renda *per capita* do Brasil no início do processo, se comparado a outras economias. Esse processo foi acarretado pelo resultado de um deliberado abandono da indústria como eixo central do projeto de desenvolvimento a partir das reformas implementadas durante o período de 1990. A magnitude da queda relativa do Brasil nesse âmbito é impressionante, visto que durante a década de 1970, o país possuía uma produção manufatureira 60% maior que a produção conjunta de um grupo de economias asiáticas dinâmicas, entre elas, a Coreia, Taiwan e Cingapura. Atualmente, entretanto, o Brasil atinge apenas 15% da produção desse mesmo grupo (Palma, 2019, p. 924-925).

Como destaca Palma (2019), é necessário um grande esforço para alcançar tal queda, como o Brasil apresentou. De fato, esse processo de desmontagem industrial se aprofundou a partir da década de 1980 e da adoção do modelo neoliberal no país nos anos 1990, que trouxe uma reprimarização da economia e aprofundou a dependência de recursos naturais e importações. Antes desse período, o modelo ISI havia sido implementado no país, e atuou transformando o Brasil em uma das economias mais dinâmicas do mundo, com o PIB *per capita* crescendo a uma taxa média anual de 3% entre 1930 e 1980 (Santarcángelo; Schteingart; Porta, 2018, p. 7).

Contudo, o Brasil, assim como o resto das semiperiferias mundiais, sentiu o impacto do cenário internacional do fim da década de 1970, com os choques do petróleo, a elevação da taxa de juros dos Estados Unidos e, no início de 1980, a moratória mexicana sobre a dívida externa em 1982. Antes do choque da dívida externa, o Brasil havia conseguido transformar sua base econômica de agroexportadora e se tornar mais urbano-industrial. Com a crise, emergiu-se um crescimento urbano que não estava mais conectado ao fortalecimento da indústria manufatureira (Bielschowsky; Mussi, 2013, p.145).

Palma (2019) destaca a similaridade entre a Argentina e o Brasil, que passaram de protagonistas industriais a economias com evidentes sinais de Síndrome Holandesa, visto que ambos optaram por trocar a prioridade pelo modelo ISI por uma abertura econômica abrupta e precoce, além de focar na financeirização. Esse diagnóstico compartilhado, no entanto, só foi alcançável devido a uma mudança profunda no paradigma ideológico nacional. Como

argumenta Bielschowsky e Mussi (2013, p. 119), a hegemonia desenvolvimentista que prevalecia no país desde os anos 1930 começou a ser fragmentada na década de 1980.

A crise de 1980 trouxe para o Brasil a pior recessão da história da industrialização brasileira. No início da década a produção industrial entrou em uma queda de 17% e operava com capacidade ociosa média de 25% em relação à capacidade ociosa, apesar de possuir uma leve recuperação brevemente. Além disso, o país apresentava um nível de investimentos na área extremamente reduzido e o nível de emprego também foi reduzido em 20%. Não obstante, também evidenciava uma perda nos níveis tecnológicos da indústria, devido ao abandono de programas de pesquisa e desenvolvimento (Suzigan, 1988, p. 500). Esses fatores revelavam o atraso deliberado do país em relação aos países centrais.

A partir desse período, a economia brasileira deixou de ser marcada por um projeto de desenvolvimento expansionista e orientado para o exterior. Como destaca Daniel Sampaio (2017), o caminho de desindustrialização brasileira é dividido em três momentos centrais de inflexão:

> O grau de industrialização, depois de atingir valor máximo em 1985, reduz-se substancialmente em três momentos: pós-1985 (crise fiscal e financeira), pós-1994 (Plano Real) e pós-2008 (crise internacional). Já a renda per capita demonstra valor máximo em 1980 (16,4%), mínimo de 10,7% em 2003 e, com a retomada da valorização cambial e o crescimento interno, via mercado interno e exportações de produtos intensivos em recursos naturais, eleva-se a 12,7% em 2014 (Sampaio, 2017, p. 373).

Essa divisão elaborada demonstra com clareza o quadro da análise da trajetória de desmonte industrial no Brasil. O primeiro momento consolidou a estagnação e o enfraquecimento industrial herdados da crise da dívida. O segundo, iniciado com o Plano Real em 1994, revela uma nova orientação política para a economia nacional. E o terceiro momento, após a parcial recuperação da renda *per capita* industrial pós-2003, evidencia a reprimarização da economia brasileira e a consolidação de um padrão produtivo de baixa complexidade.

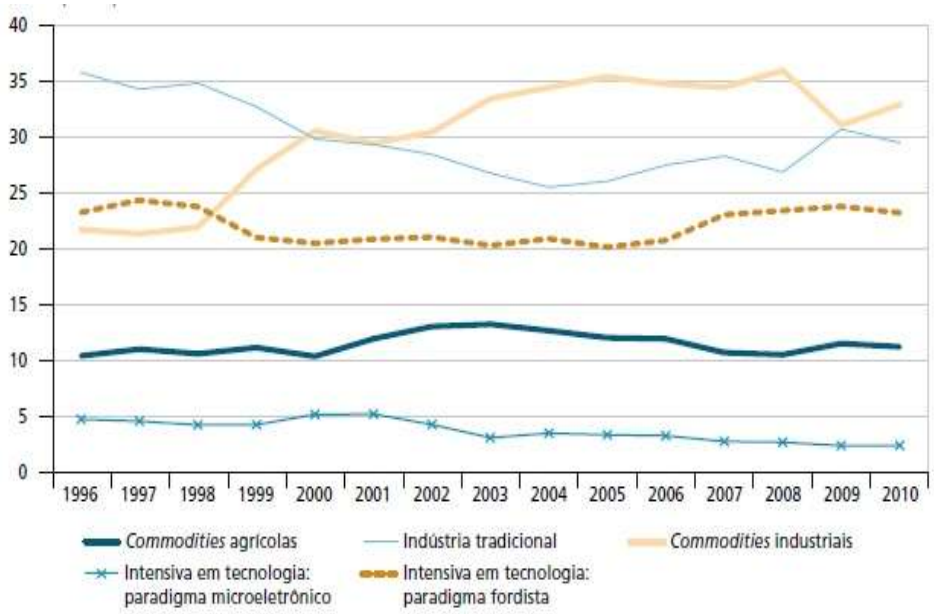
O período entre 2004 e 2010, que revela um crescimento do PIB dissociado da base industrial, é crucial para compreender a desindustrialização brasileira e sua trajetória. Como analisam Vergnhanini e Onoda (2024, p. 13) o ritmo de expansão econômica brasileira pode ser fragmentado em duas distintas fases. A primeira fase seria o período entre 2001 e 2005, na qual o PIB cresceu anualmente em média de 2,9% ao ano, impulsionado pelo boom de

commodities e pelas políticas expansionistas adotadas. O segundo período é entre 2006 e 2010, quando o crescimento médio anual acelerou para 4,5%, mesmo com os efeitos da crise do subprime, esse crescimento foi, entre diversos fatores, sustentado pela expansão do crédito, valorização do salário mínimo, elevação dos rendimentos médios e política fiscal expansionista.

Entretanto, em termos de desempenho da indústria de transformação, o crescimento foi relativamente moderado. Com exceção de 2004, em que houve um crescimento de 9,1% na taxa de desenvolvimento industrial, o período entre 2001 e 2006 foi marcado por um crescimento médio de 1,8% e em 2007 e 2008 houve uma taxa de 5,1% anualmente. Porém, com a crise do subprime, 2009 refletiu uma queda de -9,3% com uma breve recuperação no ano seguinte de 9,2%. Em suma, para todo esse período entre 2001 e 2010, o valor adicionado da indústria de transformação desenvolveu-se anualmente em uma taxa média de 2,8%, sinalizando uma perda de participação relativa (Vergnhanini; Onoda, 2024, p.13).

A evidência mais retratada de reprimarização e perda de sofisticação tecnológica é manifestada na transformação da estrutura setorial da indústria brasileira. Como demonstrado na Figura 3, com base em Arend (2014), o período entre 1996 e 2010 revela uma queda acentuada nos setores relacionados à tecnologia e um crescimento relativo dos setores de commodities industriais e agrícolas.

**Figura 3 – Evolução da estrutura industrial do Brasil (VTI) segundo grupos industriais de acordo com sua especificidade tecnológica (1996-2010) (Em %)**




Fonte: Arend (2014, p. 12).

A partir desses dados, é possível notar um processo de perda de complexidade econômica e tecnológica no país. Em 2010, a estrutura industrial brasileira era dominada por setores de baixo valor agregado: o grupo das commodities industriais detinha a maior participação (33%), seguido pela indústria intensiva em mão de obra (30%). Somado aos grupos das commodities agrícolas, esses três grupos representam aproximadamente 74% do parque industrial, indicando uma elevada especialização produtiva em setores intensivos em mão de obra e em recursos naturais (Arend, 2014, p. 9).

Inclusive, entre o período de 2002 a 2010, o Brasil foi impactado pelo boom das commodities, alcançando uma taxa média anual de 16,3%, no que tange às exportações do setor agrícola, mineral e de serviços. Além disso, as importações também cresceram (em 21%), porém, como já mencionado anteriormente, o setor de transformação teve uma média baixa, beirando os 3%. No entanto, no período seguinte, entre 2011 e 2014, as exportações sofreram uma queda com forte deterioração dos termos de troca. O desequilíbrio externo havia aumentado e o quadro revelava claramente o caminho para a desindustrialização (Cano, 2017, p. 287). Como destaca Arend (2014), é como se o Brasil estivesse caminhando em uma linha contrária à demanda mundial:

> Na contramão da tendência internacional, o Brasil eleva sua participação nas exportações mundiais de produtos agrícolas e reduz a participação dos produtos do complexo eletrônico. Em relação aos produtos manufaturados, a tendência mundial é de redução de participação das importações de produtos automotivos e crescimento de produtos do complexo eletrônico. Novamente, as exportações de manufaturados do Brasil vão na direção contrária: reduzindo a participação dos relacionados ao complexo eletrônico, e aumentando a dos produtos automotivos (Arend, 2014, p. 22).

Após 2014, a ociosidade da capacidade da indústria apresentou um aumento para o qual, durante o período analisado, não houve recuperação. A indústria já apresentava perda de espaço na estrutura produtiva muito antes da severa crise de 2014, no entanto, a participação do setor industrial no PIB vem diminuindo de forma contínua desde a década de 1980. Essa queda não é homogênea. Metade dos setores manufatureiros (alimentos, bebidas, metalurgia, química e petroquímica, máquinas etc) foram responsáveis por mais de ⅘ da perda da participação da indústria de transformação no PIB entre 1970 e 2016. Logo, o retrocesso relativo da indústria é concentrado setorialmente (IEDI, 2019).

Esse movimento de retrocesso relativo e concentrado também é sinalizado por Vergnhanini e Onoda (2024), que apontam o agravamento da desindustrialização brasileira no período entre 2011 e 2019. Esse aprofundamento seria indicado não apenas pela queda de participação relativa da indústria de transformação como no seu desempenho, além de uma reestruturação interna prejudicial, marcada pela ascensão de setores de baixa intensidade tecnológica. O grande receio está atrelado aos desdobramentos e à ameaça ao crescimento futuro industrial ao aprofundar ainda mais o atraso tecnológico. O cerne do problema reside justamente nos setores de maior intensidade tecnológica, cuja participação no PIB começou a declinar prematuramente. Tanto que, desde de 1980, os setores de alta intensidade tecnológica perderam 40% de peso no PIB (IEDI, 2019).

Portanto, pode-se concluir que o Brasil apresenta reduzido dinamismo industrial não apenas na conjuntura atual, mas desde a década de 1980. Como sintetiza Arend (2014, p. 53), este é "o período que coincide, internamente, com o fim das políticas industriais, com a liberalização comercial e financeira e com a sobrevalorização cambial; externamente, com uma nova revolução tecnológica e industrial, com uma nova geografia industrial, comandada por forte atuação estatal em determinados países, e por novas formas globais de produção e comercialização de mercadorias".

## 3.3 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO MEXICANA E SEUS DETERMINANTES

O caso do processo industrial mexicano, apesar de seguir alguns padrões semelhantes aos dois casos analisados anteriormente, possuí suas particularidades. "A indústria mexicana não nasceu no calor de uma política econômica industrializadora nos anos quarenta, como se afirmou durante muito tempo, mas pelo menos meio século antes [...], apesar desses questionamentos, é indiscutível que, a partir da segunda metade do século XX, a indústria se torna o setor mais dinâmico da economia mexicana. Em outras palavras, o México deixa de ser um país fundamentalmente agrário e minerador, embora seja o mundo rural que pague boa parte da conta da industrialização por meio de diversos mecanismos" (Rajchenberg, 2021, tradução nossa)[2].

[2] Tradução do original: La industria mexicana no nació al calor de una política económica industrializadora en los años cuarenta, como durante largo tiempo se afirmó, sino por lo menos medio siglo antes [...], A pesar de estos cuestionamientos, es indudable que, a partir de la segunda mitad del siglo XX, la industria se vuelve el sector más dinámico de la economía mexicana. En otras palabras, México deja de ser un país fundamentalmente agrario y minero, aunque es el mundo rural el que paga buena parte de la factura de la industrialización a través de diversos mecanismos.

Contudo, assim como outros países latino-americanos, o México começou a apresentar sinais de esgotamento do modelo ISI a partir da década de 1960. Paralelamente, sua economia mantinha forte dependência da exploração de recursos primários. Após 1976, o petróleo passou a ganhar mais destaque econômico com a descoberta do maior campo petrolífero no país, e as exportações de petróleo para os Estados Unidos cresceram exponencialmente, tornando-se o principal produto de exportação do México (Furtado, 2013, p. 312).

No entanto, essa forte dependência tornou a economia mexicana particularmente vulnerável. "A denominada "petrolização da economia" do início da década de 1980 levou a requisitos crescentes de importações que só podiam ser atendidos por meio do endividamento externo. Assim, o país entrou em uma espiral de endividamento com o exterior e o México passou a se endividar para poder pagar" (Arévalo, 2010, p. 15, tradução nossa)[3]. Esse cenário se agravou em 1982, com a queda do preço do petróleo e a intensificação da fuga de capitais. A dívida externa mexicana acabou ficando insustentável, e no mesmo ano, o país decretou moratória da dívida.

Apesar de só decretar moratória em 1982, como Furtado (2013, p. 335) coloca em evidência, o México já demonstrava sinais de fragilidade antes do impacto do cenário externo no país. A incapacidade de criar um núcleo endógeno de competitividade industrial e tecnológica colocava em exposição a dependência excessiva de fatores externos e a ausência de um modelo sustentável de desenvolvimento. Foi justamente nesse contexto que o México adotou uma nova direção, tornando-se um dos países pioneiros a experimentar o projeto neoliberal na América Latina.

O projeto neoliberal, que já fazia parte da nova direção de estratégia do país, levou à adoção das reformas ortodoxas do Consenso de Washington sob a supervisão do FMI. O novo modelo de desenvolvimento econômico implicava em focar na abertura comercial abrupta e na atração do investimento estrangeiro, abandonando parcialmente políticas industriais. Assim como na experiência dos países vizinhos, a nova estratégia implicava no abandono das políticas industriais em favor de medidas de liberalização, privatização e austeridade fiscal (Arévalo, 2010, p. 15).

Foi nesse contexto que o regime das *maquiladoras* passou a se tornar o epicentro do novo modelo industrial mexicano, ou seja, as empresas estrangeiras com alta dependência de importações e baixo valor agregado nacional. Como explica Gonzáles (2014, p. 54), as

[3] Tradução do original: La denominada "petrolización de la economía" de principios de 1980 condujo a requerimientos crecientes de importaciones que solamente se podían satisfacer por medio del endeudamiento externo. Así, el país entró en una espiral de endeudamiento con el exterior y México comienza a endeudarse para pagar.

empresas transnacionais foram atraídas pelas vantagens comparativas oferecidas pelo México, notadamente a mão de obra barata, o baixo preço de derivados de petróleo e, sobretudo, a privilegiada localização como vizinho dos Estados Unidos. Essas condições permitiram com que as *maquiladoras* firmassem sua posição na economia mexicana, mesmo diante do desmonte da política industrial (Santarcángelo; Porta, 2018, p. 13).

No entanto, esse movimento não impediu o início de um processo de perda de dinamismo industrial. Como apontam Jiménez B e Cruz (2025, p. 582), desde meados dos anos 1980 o setor manufatureiro mexicano reduz de forma contínua sua participação no produto e no emprego. Apesar da breve recuperação entre 1995 e 2000, não foi considerada suficiente para reverter essa tendência, que voltou a se aprofundar após esse período. Além disso, no período entre 1980 e 1985, o país registrava uma variação negativa de -0,1% no PIB, contrastando com as duas décadas anteriores, quando o crescimento médio superava 6%. No fim da década de 1980, a economia mexicana conseguiu se recuperar brevemente, alcançando uma taxa de crescimento de 2,9% entre 1993 e 1998 (Sobrino, 2006, p. 246).

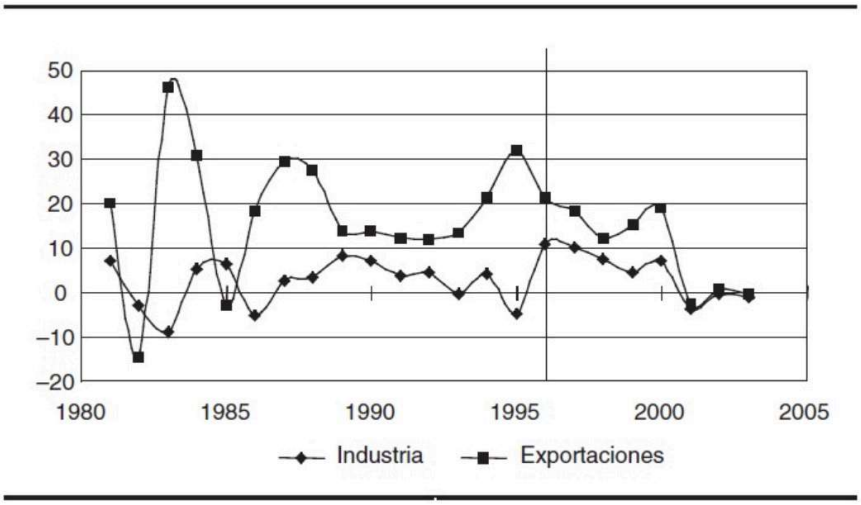
Após a breve recuperação, a década de 1990 marcou o país com crises e mudanças. A implementação do Tratado de Libre Comércio da América do Norte (TLCAN) em 1994 aprofundou a relação comercial com os Estados Unidos, e, nesse mesmo ano, também expôs a vulnerabilidade do país. Como analisa Palma (2022), o acordo consolidou a dependência de *maquiladoras* e a reprimarização industrial, com baixo valor agregado nacional. Como revela Furtado (2013), desde a implementação do tratado, as exportações mexicanas aos EUA multiplicaram-se por cinco, enquanto as importações cresceram três vezes. A relação comercial entre ambos é pautada pela lógica das *maquiladoras*, nas quais produtos destinados ao mercado norte-americano têm ao menos uma etapa de produção realizada em solo mexicano, tipicamente intensiva em trabalho.

"O México é o país latino-americano onde o fenômeno da terciarização da economia e a insuficiência dinâmica da indústria nacional se tornaram evidentes, e onde esta última gera baixas taxas de crescimento. Essa tendência aumentou ainda mais com a assinatura do TLCAN e a abertura indiscriminada ao mercado mundial" (Villarreal; Bielma, 2016, p. 161, tradução nossa)[4]. Esse cenário trouxe instabilidade para o país, que no mesmo ano da implementação do tratado, sofreu uma crise do peso e o PIB contraiu em 6% no ano seguinte, disparando tanto o índice de inflação que atingiu 50%, quanto o déficit no mercado de

[4] Tradução do original: México es el país latinoamericano en donde se ha hecho más evidente el fenómeno de la terciarización de la economía y la "insuficiencia dinámica" de la industria nacional, y en la que esta última genera bajas tasas de crecimiento. Esta tendencia se acentuó aún más con la firma del TLCAN y la apertura indiscriminada hacia el mercado mundial.

trabalho que cresceu no país. Mesmo com o aumento das exportações aos Estados Unidos, o crescimento econômico foi de apenas 2,8% (Blanke, 2009, p. 169). A contradição desse cenário também pode ser visualizado na Figura 4, que ilustra a relação entre as exportações manufatureiras e o crescimento industrial.

**Figura 4 – Taxas de crescimento anual da indústria e das exportações manufatureiras (1980-2005)**




Fonte: Sobrino (2006, p.255) com base em INEGI.

Conforme demonstrado, a consolidação do modelo a partir de 1996 aprofundou um paradoxo na economia mexicana. As exportações fizeram com que a atividade industrial se tornasse mais dependente de seu desempenho, porém esse vínculo foi incapaz de criar um crescimento industrial sustentável e robusto para a economia nacional. A lógica da maquila, com sua fraca integração com cadeias produtivas domésticas e seu baixo valor agregado, sinaliza por que um boom exportador não significa desenvolvimento econômico interno.

A entrada da década de 2000 revelava uma fase de estancamento no México, durante o período entre 2000 e 2003, o crescimento anual foi de apenas 0,7% (Sobrino, 2006, p. 246). O modelo de abertura e maquila, apesar de ampliar o volume exportador, não conseguiu gerar um desenvolvimento sustentável, apenas consolidou uma economia frágil a choques externos. O PIB industrial também passou a entrar em queda e durante o marco temporal entre 2003 e 2014 não alcançou mais de 18% (Villarreal; Bielma, 2016, p. 162). A recessão de 2008 evidenciou essa fragilidade, visto que no primeiro semestre de 2009 foi registrada uma diminuição no PIB de 8,2% em relação ao ano anterior (Blanke, 2009, p. 166).

Além da constante diminuição do PIB, segundo Jiménez B y Cruz (2025), a desindustrialização mexicana se aprofundou no período de 2015 a 2020, devido à queda contínua da participação das manufaturas no produto e no emprego. Esse declínio se concentrou, em maior parte, em subsetores específicos, como insumos têxteis e derivados de petróleo, que vêm perdendo espaço desde 1990 tanto em valor agregado quanto em geração de emprego. Para os autores, a contração de 70% na participação industrial nesses segmentos está fortemente associada à abertura comercial e à crescente concorrência de importações, especialmente chinesas, que deslocaram a produção doméstica. Essa desindustrialização prematura tem implicações diretas para o crescimento econômico, limitando o avanço da produtividade do país e dificultando a transição para setores de maior intensidade tecnológica, além de reduzir a capacidade de gerar empregos industriais de melhor qualidade.

# 4. A EMERGÊNCIA DO LESTE ASIÁTICO NA HIERARQUIA ECONÔMICA GLOBAL

Enquanto a trajetória na América Latina demonstra um processo de desindustrialização precoce e ciclos de instabilidade econômica, a Ásia do Leste trilha um caminho distinto, visto que alguns países da região alcançaram uma posição central na hierarquia do sistema mundial, destacando-se como polos centrais do crescimento industrial acelerado. Com isso em mente, o capítulo se desdobra na experiência do desenvolvimento entre China, Coreia do Sul e Japão.

A consolidação do fenômeno regional ocorreu a partir de um ponto de partida desigual para cada nação. Com o pós-guerra, o Leste Asiático passou por diversas mudanças tanto econômicas quanto políticas. Por exemplo, a economia japonesa estava sendo reconstruída sob ocupação americana, a Coreia do Sul emergia de uma fase colonial e de uma guerra civil que devastou o país, enquanto na China, era estabelecido um regime sob o controle do Partido Comunista. Apesar das divergências, esses países caminhavam para um projeto nacional de crescimento focado na industrialização e no papel do Estado como agente de desenvolvimento (Moura, 2021).

No pós-guerra, a estrutura industrial japonesa era considerada majoritariamente agrícola, e a entrada nesse período foi um ponto de inflexão que levou o país em direção à industrialização. A influência do cenário internacional e o modelo burocrático japonês entre o governo e os *keiretsus*, ou seja, as grandes corporações do país, foram fundamentais para reconstruir o Japão. Como resultado, as duas décadas seguintes foram marcadas por um Estado desenvolvimentista voltado para a consolidação de uma economia sofisticada, centrada nos setores de indústria pesada, petroquímica e software (Perissinotto; Nunes, 2023, p. 8).

Como menciona Ferrari (2021), o Leste Asiático e sua estratégia de desenvolvimento pavimentaram um caminho divergente ao da estratégia implementada por economias latino-americanas. Essas economias buscavam direcionar seu foco ao consumo e ao mercado doméstico, enquanto a Ásia do Leste priorizava produzir para exportar. Esse movimento da região asiática implicou em altas taxas de poupança e investimento, contendo o consumo interno para consolidar uma base industrial competitiva para o mercado internacional, sem depender de setores primários com preços flutuantes.

Essa articulação entre Estado e iniciativa privada foi precisamente o que se consolidou no Japão. Segundo Carranco (2025, p. 8), o modelo operava através da relação entre o setor

público e o setor privado, focada na elite burocrática e na intervenção estatal através do Ministério do Comércio e Indústria Internacional (MITI). A criação do MITI foi fundamental para promover setores estratégicos da economia e fomentar a inovação tecnológica. O auge do MITI se deu entre 1955 e 1973 e trouxe ao Japão um crescimento inusitado. O PIB *per capita* japonês tinha um crescimento anual de 8%, sendo o país que mais crescia da região nesse momento, enquanto seus vizinhos, como Taiwan e Coreia do Sul, tiveram um crescimento de 6,2% e 5,2% (Chang, 2023, p. 91). Essa intervenção estatal estratégica, alicerçada aos *keiretsus*, foi essencial para transformar o Japão em um dos líderes mundiais em setores como a eletrônica e a automação, erguendo uma base industrial potente e adaptada à nascente era da produção flexível.

O sucesso e a estrutura do modelo japonês deixaram um legado para a região, especialmente no caso da Coreia do Sul. Apesar da conflituosa relação histórica entre ambos os países, a dominação japonesa em território coreano criou as bases institucionais e industriais do país:

> Economicamente, a partir dos anos 1930, o Japão promoveu uma agressiva industrialização da Coreia, criando várias empresas ferroviárias, de comunicação, ópio, sal e tabaco – o que contribuiu para a acumulação de capital local. O governo colonial também incentivou a poupança privada por meio de uma série de reformas financeiras, o que fez com que os depósitos no Banco da Coreia (Banco de Chosen) dobrassem de 18 milhões de yens, em 1911, para 37 milhões em 1913 (Perissinotto; Nunes, 2023, p. 21).

Após décadas sob domínio japonês, o país saiu da Segunda Guerra sob ocupação norte-americana e, na entrada da década de 1950, mergulhou em uma guerra que só terminaria três anos depois. Nesse período, o país estava sob forte influência norte-americana até o início da década de 1960, quando foi realizada uma reforma agrária e a privatização de empresas industriais estatais que antes eram propriedade de capital japonês. A partir dessa etapa, o país conseguiu transformar sua economia parcialmente agrária em uma economia industrializada (Laplane et al., 2013, p. 495).

A entrada da década de 1960 marcou a chegada de um regime militar no país, e a Coreia do Sul passou por transformações com a chegada ao poder do general Park Chung-hee. A fragilidade das classes sociais possibilitou ao Estado sul-coreano consolidar-se como um agente central na economia, que passou a ser influenciado especialmente pelo movimento estudantil e pelas forças de ocupação americanas, que pressionaram o exército coreano em direção ao desenvolvimentismo (Amsden, 1989, p. 52).

Nesse período, ocorreu a primeira onda de substituições de importações de forma efetiva e o início da estratégia de orientação exportadora, que viria a se tornar a principal estratégia de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul. Como destaca Ferrari (2021), as trajetórias do Japão, da Coreia do Sul e da China fluíram de acordo com cada sequência estratégica de política industrial. Enquanto o Japão reconstruiu sua base industrial ainda sob a ocupação norte-americana, a industrialização na Coreia do Sul se consolidou principalmente após a Guerra da Coreia e, posteriormente, a China desenvolveu seu processo industrial com as reformas no final da década de 1970.

Essas nações priorizaram a expansão das manufaturas, como os setores automobilístico, no Japão, e de construção naval na Coreia do Sul. Essas expansões foram sustentadas pelo fortalecimento da coordenação estatal e pela intervenção seletiva como base de suas políticas econômicas. Um exemplo disso foi a Coreia na entrada da década de 1970, quando o Estado estreitou laços com os denominados *chaebols*, ou seja, grupos empresariais coreanos, que o Estado utilizou para concretizar seu plano industrial (Helal; Rocha, p. 18, 2013). Essa relação é relativamente semelhante ao modelo japonês dos *keiretsus* no pós-guerra, porém com diferenças, visto que, os *keiretsus* possuíam mais autonomia, enquanto os *chaebols* foram instrumentos da política industrial sul-coreana (Moura, 2021).

Com o sucesso inicial do modelo japonês, outras economias da região se inspiraram em seus princípios e resultados. A Coreia do Sul, que possuía uma forte presença do Estado em conjunto com os *chaebols*, replicou a estratégia de políticas exportadoras agressivas. Nesse caso, a dinâmica coreana combinava políticas econômicas pró-crescimento com intervenções setoriais intensivas em capital, resultando no crescimento expressivo da taxa de investimento, que passou de 11% nos anos 1960 para 30% durante a década de 1980, um aumento significativo para estabelecer o *catching up* tecnológico (Bresser-Pereira et al., 2020, p. 216).

Buscando aprofundar esse caminho, a Coreia ingressou na segunda onda de substituições de importações, cujo ponto chave do crescimento foi o foco na estratégia de estímulo às exportações. Entendendo as exportações como um elemento crucial, criou-se o Economic Planning Board (EBP), servindo de forma semelhante ao MITI, planejando metas e alocando recursos estrategicamente. Como aponta Laplane et al. (2013), esse movimento foi registrado pelo incentivo aos setores específicos da indústria pesada, entre eles as máquinas, a eletrônica e a siderurgia. Com isso, é possível afirmar que o desenvolvimento coreano teve uma participação especial articulada entre as ações estatais e os investimentos privados, levando o país à posição de uma das economias mais diversificadas globalmente.

Segundo Amsden (1989), os *chaebols* foram fundamentais nessa transformação. Além disso, a diversificação do país permitiu a superação das dificuldades da industrialização tardia, o acesso a mercados de baixo custo e a redução da dependência de investimento direto estrangeiro em setores estratégicos. Embora a Coreia do Sul tenha dependido fortemente de empréstimos estrangeiros, recebia pouco investimento direto fora dos segmentos intensivos em mão de obra. A atuação dos *chaebols* na economia, em conjunto com as instituições financeiras e empresas públicas, aumentou a capacidade de minimizar incertezas e manter um nível de expectativa esperado nessa fase do desenvolvimento industrial.

Como a maioria dos Estados latino-americanos, a região do Leste Asiático passou inicialmente por uma fase de industrialização por substituição de importações, porém, após a década de 1960, os esforços foram distintos, e a região asiática focou na produção orientada à exportação. A Coreia do Sul emergiu como um dos exemplos mais notáveis de desenvolvimento industrial acelerado no século XX. IL Sakong e Koh (2018) fazem uma comparação entre a estrutura industrial do país na década de 1960 a estrutura industrial do Reino Unido em 1890, a dos Estados Unidos em 1950 e a do Japão em 1970.

No caso da China, a base industrial foi construída de uma maneira distinta. Logo após a Revolução de 1949, foi adotado um modelo socialista focado na indústria pesada e na infraestrutura básica. Apesar do quadro de rupturas políticas e das demonstrações de limitações de produtividade, essa etapa consolidou um parque industrial essencial para as reformas de abertura que foram iniciadas durante a década de 1970. De acordo com Bresser-Pereira et al. (2020, p. 223), enquanto a Coreia do Sul florescia com seu notável sucesso de *catching up*, a China iniciava um dos casos mais impressionantes de crescimento robusto e continuado.

Se o papel estatal foi crucial para o desenvolvimento do Japão e da Coreia do Sul, seu poder de transformação foi, e continua sendo, ainda mais evidente no caso chinês. A atual circulação massiva de produtos “Made in China” globalmente, e a crescente influência dos investimentos chineses em outros continentes, contrastam com a condição do país em meados do século XX, quando figurava entre as nações mais pobres do mundo (Ouriques; Vieira; Arienti, 2013, p. 2).

A China vivenciou uma etapa de redistribuição e coletivização de terras, buscando eliminar estruturas agrárias tradicionais, e após essa etapa, estabeleceu-se o “Grande Salto Adiante” com a finalidade de acelerar a industrialização através do papel estatal e da indústria pesada. No entanto, conforme Ouriques et al. (2013), essa política deixou milhares de pessoas na miséria, e o PIB da China, durante a existência do plano, sofria anualmente uma queda em

cerca de 27%. Após essa etapa, o país passou pela Revolução Cultural, que reafirmou os ideais comunistas e gerou uma grande desorganização econômica e instabilidade social (Medeiros, 2014).

As profundas rupturas no âmbito político e econômico não impediram o avanço de um processo gradual de modernização. O período entre 1952 e 1978 marcou um momento de mudança estrutural na China, que, antes isolada do sistema internacional, passou por um processo acelerado de transformações impulsionadas pelos planos quinquenais:

> O crescimento do PIB no período foi de 4,4% ao ano e de 2,3% do PIB per capita [...], em consequência, a indústria, que respondia, em 1952, por apenas 9,9% do PIB chinês, atingiu, em 1978, 34,7%. Essa grande mudança estrutural levou a um declínio substancial da participação da agricultura no produto, de 59% para 33%, mas, devido ao baixo crescimento da produtividade agrícola em relação ao da produtividade industrial, o declínio do emprego agrícola foi mais lento, passando de 83% em 1952 para 72% em 1978 (Medeiros, 2013, p. 445).

Com isso, a China viveu um ponto de inflexão em sua história econômica no fim da década de 1970, e as reformas lideradas por Deng Xiaoping foram cruciais nesse momento, especialmente com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que pavimentaram o caminho para uma nova fase focada na lógica da economia de mercado. Nesse período, o Estado chinês foi o agente central no processo dessas reformas, na qual controlava a força de trabalho e a alocação de investimentos (Ouriques; Vieira; Arienti, 2013, p. 5).

Como destaca Medeiros (2013), a criação das ZEE transformou o caráter econômico da China na esfera do comércio internacional. Entre 1978 e 1995, o crescimento anual do volume das exportações alcançou 13,5% acima de seus vizinhos regionais. Esse cenário foi sustentado, sobretudo, com a combinação de uma elevada taxa de acumulação de capital industrial, a existência de excedente de mão de obra na economia e a diversificação das exportações. Esses foram os principais fatores que permitiram à China acelerar o processo de *catching up* tecnológico e consolidar seus pilares industriais voltados para o exterior.

Desse modo, apesar de cada país da Ásia do Leste seguir trajetórias particulares, todos compartilhavam a centralidade do Estado como propulsor do desenvolvimento. Enquanto o Japão emergiu como uma potência industrial no pós-guerra com um Estado planejador e os *keiretsus*, a Coreia do Sul aplicou elementos desse modelo, adaptando-os em seu próprio contexto, através do Estado e dos *Chaebols*. Por fim, a China, que partiu de uma estrutura distinta, aplicou reformas sob controle estatal, centrando no planejamento econômico e incorporando-se gradualmente ao mercado. Antes da virada para a década de 1980, esses

países já demonstraram sinais de um projeto de desenvolvimento robusto e sólido, em contraste com o processo de estagnação e desindustrialização enfrentado por muitos países latino-americanos durante o mesmo período.

## 4.1 O PROCESSO DE *CATCHING UP* DO LESTE ASIÁTICO

A partir da década de 1980, o desenvolvimento no Leste Asiático passou a ser mais perceptível. Apesar dos obstáculos enfrentados pelos países, esse período representou uma oportunidade de consolidação no sistema internacional para a região, que foi bem usufruída e marcou o início de uma fase de amadurecimento dos seus modelos de desenvolvimento. Tanto que, nessa época, o Japão passava tanto pelo auge quanto pelo seu declínio do modelo desenvolvimentista. O país alcançou uma posição de potência industrial, demonstrando indícios de *catching up* com os líderes da economia mundial, e percebendo a necessidade de construir uma nova base institucional. Como destaca Ohno (2006), era natural a transição para um crescimento menor, e, inclusive inevitável, pois a economia japonesa havia alcançado tanto as economias dos EUA quanto da Europa e conseguiu amadurecer economicamente. Para o país, surgia a demanda por inovações próprias, já que importar tecnologia do mundo desenvolvido não era mais suficiente.

Como resultado, o Japão passou a desenvolver o emparelhamento tecnológico na área eletrônica e de semicondutores, e seus gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) durante a década de 1980 se equiparam aos dos Estados Unidos, e posteriormente os superaram (MOURA, 2021, p. 263). Esse foi um dos fatores decisivos que contribuíram para que o Japão se tornasse um dos líderes de exportação desses setores. Contudo, esse período de ascensão tecnológica coincidiu com um momento em que o ritmo de crescimento era fortemente impactado pelos choques do petróleo, e a solução escolhida pelo governo foi o Acordo de Plaza, em 1985. Esse acordo gerou a valorização do iene, o que, indiretamente acarretou na necessidade de realocação das empresas manufatureiras menos competitivas para o exterior, visto que produzir no Japão havia se tornado custoso (Ndiayne, 2010).

O acordo não apenas levou a uma desaceleração econômica, caindo 3,5 pontos percentuais no ano seguinte, como também impactou o mercado de trabalho e os resultados financeiros dessa área. O emprego na indústria manufatureira foi moderadamente reduzido, elevando as taxas de desemprego no Japão, enquanto os lucros do setor registraram uma queda expressiva de 32% (Ndiayne 2010, p. 222-228). Em conjunto, esses fatores conduziram ao surgimento da bolha especulativa no final da década. Num movimento paradoxal, foi

também nesse período que o Japão solidificou sua base tecnológica, que garantiria sua competitividade industrial posteriormente.

Enquanto o Japão navegava pelos desafios de uma economia madura e com uma bolha especulativa, a Coreia do Sul passava por uma crise e um processo de reestruturação. A década de 1980 representou uma transição crucial e conturbada em seu modelo de desenvolvimento. Conforme Okuda (1997), o país ingressou na década com crescimento econômico negativo, também impactado pelos choques do petróleo, além do caos político que o país enfrentava. Esse cenário levou a um aumento no endividamento externo, e os maciços investimentos em indústrias pesadas da década anterior resultaram em um fardo, representando um grande desafio para a estratégia de desenvolvimento do país.

Dois fatores foram primordiais para que a crise da dívida se revelasse mais controlável do que aquela vivenciada pela América Latina. Por um lado, o primeiro fator foi o peso do financiamento de longo prazo na década de 1970, que mitigou a vulnerabilidade externa, e por outro, a manutenção dos fluxos de financiamento privado internacional. Esses elementos explicam por que, mesmo com um saldo em transações correntes persistentemente negativo até meados da década, o coeficiente da dívida externa sobre as exportações manteve-se em torno de 20% entre 1975 e 1985 (Laplane et al., 2013, p. 497).

Para enfrentar a crise, o Estado desenvolvimentista focou em promover, de forma ativa, o ajuste dos investimentos privados, deixando o expansionismo em segundo plano. (Okuda, 1997, p. 360). Essa reorientação permitiu ao país expandir sua industrialização para setores com alta elasticidade-renda das exportações, em especial o complexo eletrônico, considerado pelo Estado e pelas *chaebols* como o novo locus no qual iriam emergir novos mercados e equipamentos capazes de renovar os processos produtivos (Laplane et al., 2013, p. 496).

Além das medidas domésticas, a Coreia do Sul soube capitalizar o Acordo de Plaza, de 1985, que desencadeou o fenômeno dos "três baixos", ou seja, tanto o dólar, quanto o petróleo e a taxa de juros foram reduzidos. Esse cenário externo favorável ao país potencializou a competitividade das exportações, direcionando o país a uma etapa inédita de superávit em conta corrente (Okuda, 1997, p. 360). Assim, todo esse processo, sustentado por políticas pró-crescimento e por um intervencionismo estatal robusto, impulsionou um crescimento econômico notável, com taxas de investimento anual superiores a 30% (Bresser-Pereira et al., 2020, p. 215).

A terceira onda de industrialização, nos anos 1980, fortaleceu o poder dos *chaebols*, gerando um novo impulso exportador (Laplane et al., 2013, p. 498). Entretanto, esse próprio

sucesso acarretou desafios. Como aponta Okuda (1997), o sucesso das exportações coreanas causou atritos comerciais com os Estados Unidos e a Europa. Paralelamente, a onda de greves de 1987 resultou em aumentos salariais, erodindo a vantagem competitiva das indústrias intensivas em mão de obra. Diante da pressão dupla, a Coreia do Sul passou a, gradualmente, reduzir as políticas de promoção de exportações e a abriu seu mercado. A política industrial também se adaptou, passando a focar na atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para setores de alta tecnologia e inovação.

Em contraste, a China solidificou um desenvolvimento robusto e contínuo, com taxas de crescimento superiores à média internacional, de maneira quase ininterrupta, por mais de quatro décadas (Bresser-Pereira et al., 2020, p. 225). O desempenho continuou marcando a diferença do país em relação aos seus vizinhos, que passaram por instabilidade e limitação no crescimento. A primeira fase das reformas, durante 1978 e 1992, foi grande impulsora do desenvolvimento, e a indústria chinesa era especialmente caracterizada pela mão de obra.

Nessa etapa, o governo abria gradualmente a economia para o mercado, para atrair IED, como com a criação das ZEE, que foram essenciais para encorajar o crescimento tecnológico e fortalecer as exportações. Em resultado, entre 1978 e 1995, as exportações chinesas cresceram 13,5% e superaram o desempenho da Coreia do Sul, Japão e Taiwan (Medeiros, 2013, p. 452). Com isso, a China conseguiu usufruir dessa estratégia para integrar-se de maneira competitiva à economia mundial, porém sem abrir mão do controle estatal em setores estratégicos.

A segunda etapa das reformas econômicas ocorreu durante a década de 1990, marcando uma transição do modelo intensivo de mão de obra para um modelo focado no capital e em investimentos em tecnologia e infraestrutura. Essa fase levou a produtividade industrial a níveis globalmente competitivos, tanto que, em meados da década, a participação industrial no PIB da China passou a 35%, sofrendo uma breve contração em 1995 (Graña et al., 2024, p.9). Além disso, outro ponto positivo foi a adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC) no fim da década, significando um novo período de expansão manufatureira, com plena integração às cadeias globais de valor e a ascensão permanente do setor exportador chinês.

Enquanto a China passava por essas transições durante a década de 1990, o Japão buscava lidar com o impacto da bolha econômica, causada no decênio anterior e que levou o país a uma prolongada estagnação econômica. Diferente do desempenho chinês, o país sofria ao tentar recuperar investimento, sofrendo também com o desemprego e baixo crescimento. Apesar desse cenário, a entrada de 2000 impulsionou uma estabilização na participação da

manufatura, com cerca de 20% do PIB, além de conseguir manter-se líder em setores de alta complexidade, como automóveis, eletrônicos e robótica, firmando seu padrão de industrialização madura (Graña et al., 2024, p. 9).

Além disso, antes da virada do século, a Ásia do Leste passou por uma crise em 1997, que causou uma enorme recessão econômica nos países da região. A Coreia do Sul foi uma das nações mais afetadas pela crise e foi um dos países que recorreram ao FMI para obter empréstimos, solicitando um empréstimo de 55 bilhões de dólares (Lau; McInish, 2003). Apesar de ser um dos países mais impactados, também foi um dos países que conseguiu retomar o crescimento rapidamente, alcançando, em 1999, um crescimento de 10,7% no PIB (Guimarães, 2009, p. 256). É interessante pontuar que, como observou Sharma (2002, p. 226), a China assegurou seu papel como motor do crescimento econômico na região, permanecendo praticamente isolada do colapso financeiro regional.

Embora os países do Leste Asiático tenham seguido trajetórias nacionais distintas, suas histórias se inserem em um fenômeno regional mais amplo. Segundo Bacelette (2014), o desenvolvimento durante as décadas de 1980 e 1990 foi essencial para formar as redes produtivas e cadeias de valor que viriam a se tornar a base da “fábrica asiática” observada atualmente. Apesar do abalo da crise financeira, a estrutura produtiva da região demonstrou uma resiliência notável. Dessa forma, entre o período de 2000 e 2007, os países da Ásia do Leste conseguiram se recuperar gradualmente, experienciando uma fase de crescimento industrial e integração produtiva, além de se tornarem o principal polo manufatureiro globalmente.

A resiliência da “Fábrica Asiática” foi destacada com a crise financeira de 2008, visto que, em comparação com outras regiões, a Ásia do Leste foi uma das regiões que conseguiu superar a crise rapidamente. Já em 2010, essas economias alcançaram uma média de crescimento de 6,5%, um desempenho reduzido, porém superior ao ser comparado com outras regiões, como a América Latina. Essa retomada do crescimento refletiu nas transformações da estrutura exportadora da região, que, entre 1995 e 2008, era dominada por produtos intensivos em mão de obra. Porém, a partir de 2009, as indústrias de conhecimento intensivo tornaram-se predominantes, mantendo, desde então, participação média superior a 35% do comércio global (Graña et al., 2024, p. 16-17).

Um dos exemplos nacionais é a Coreia do Sul. Comparado a década de 1970, as exportações do país eram dominadas por produtos de indústrias primárias que respondiam por aproximadamente 70% do total. Na época da crise, em 2008, a participação das indústrias pesadas e químicas alcançou cerca de 92% das exportações totais do país (Il Sakong & Koh,

2018, p. 116). Nesse ambiente de foco em setores complexos, os *chaebols* tornaram-se protagonistas, como a Samsung, que, em 2011, representava 20% das exportações totais do país (Santarcángelo et al., 2019, p. 119).

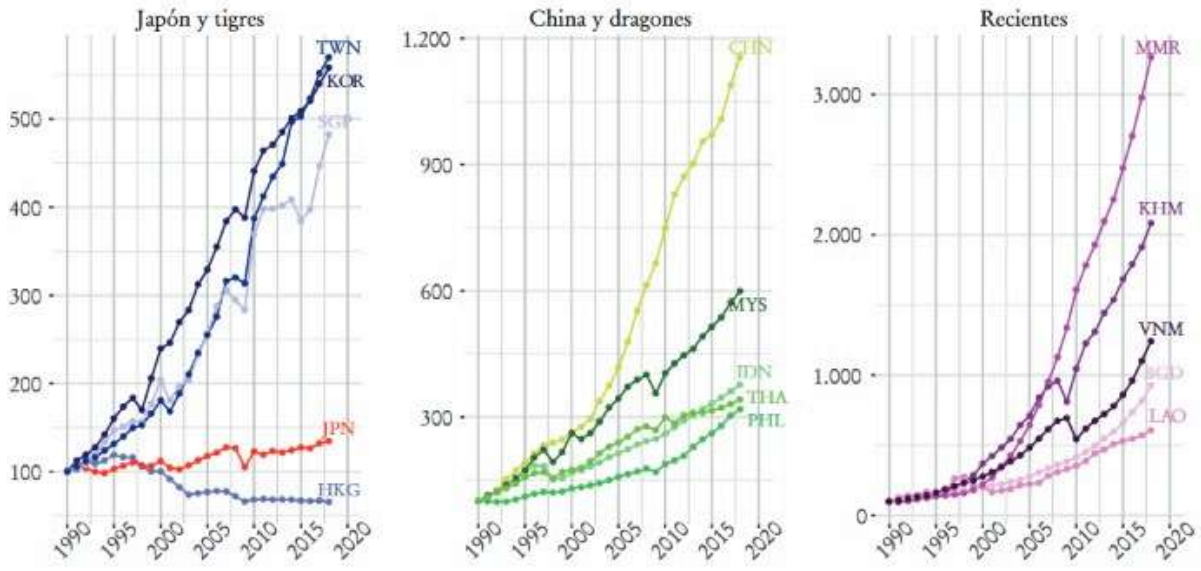
Com isso, a resiliência econômica regional pode ser atribuída à emergência da China como potência global. Nas últimas duas décadas, sua economia quintuplicou de tamanho, tornando-se o epicentro das cadeias de produção regionais e um mercado crucial para as commodities locais. O papel chinês foi ainda mais evidenciado após a crise financeira de 2008, visto que seu pacote de estímulos, baseado em investimentos públicos, não apenas sustentou seu próprio crescimento, como também irradiou esse crescimento para toda a região. Prova disso é que, entre 2005 e 2015, as importações chinesas de bens de capital dos países vizinhos cresceram quase 50%, enquanto as de bens intermediários dobraram (Mason, Sherry, 2019, p. 33).

Essa ascensão chinesa consolidou o Leste Asiático como um bloco exportador de peso. É possível notar um contraste desse processo, visto que as exportações de produtos industriais cresciam em uma média de 8% na década de 1960, acelerando para uma taxa de 36% em 2019 (Graña et al., 2024, p. 11), evidenciando a expansão contínua dos países em análise. Desse modo, o desenvolvimento chinês não apenas impulsionou o desenvolvimento regional, como também refletiu diretamente no aumento da participação da Ásia do Leste no mercado mundial.

Esse crescimento refletiu o perfil exportador da região. Em 2019, enquanto Japão e Coreia do Sul representavam cerca de 6,7% do total mundial em produtos intensivos em mão de obra, a China já liderava nessa categoria. Além disso, nas indústrias intensivas em conhecimento, o Japão e a Coreia do Sul vêm mantendo uma participação significativa, mas é a China que segue liderando como principal motor regional, respondendo por 17,7% das exportações mundiais do setor, impulsionando assim o crescimento industrial e exportador do Leste Asiático (Graña et al., 2024, p. 16-17).

Essa trajetória de desenvolvimento fortaleceu também a evolução do valor agregado manufatureiro, que evidencia a base industrial do Leste Asiático.

**Figura 5 – Evolução do valor agregado manufatureiro a preços constantes (1990=100). Países selecionados do Pacífico asiático, 1990- 2018**




Fonte: Granã, Terranova, Weksler (2024, p. 10), com base em de Vries et al. (2021).

É notável que, apesar das flutuações na participação setorial ao longo do período, a região manteve uma trajetória de crescimento contínuo do valor agregado manufatureiro, reflexo do aprimoramento das políticas industriais e da consolidação de uma base produtiva sólida. Como observa Graña (2024, p. 10), há uma considerável variação entre as economias asiáticas e seu desempenho. Desde a década de 1990 até 2020, o valor agregado manufatureiro da China multiplicou-se por doze, enquanto o Japão, pioneiro do milagre asiático, sustentou um crescimento estável e a Coreia do Sul transitou de forma acelerada de uma economia baseada em manufaturas leves para transformar-se em uma potência global em setores de alta tecnologia. De modo geral, essa tendência observada reflete não apenas na resiliência industrial da região, mas também na capacidade de adaptação frente às mudanças da economia mundial.

# 5. ANÁLISE COMPARATIVA E OS EFEITOS DA ASCENSÃO CHINESA NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo está estruturado em duas partes principais. A primeira parte consiste em uma análise comparando as trajetórias econômicas das duas regiões, buscando detalhar suas semelhanças e divergências. A segunda parte busca explorar, brevemente, como a China se tornou um agente de "desindustrialização indireta" na América Latina, apontando como a demanda chinesa por produtos primários na região fez com que a busca pela complexidade industrial fosse relativamente dispensada.

A principal mudança produtiva e econômica observada nas duas regiões é a trajetória em sentido oposto em relação à industrialização. Enquanto os países do Leste Asiático consolidaram modelos de desenvolvimento pautados pela ação do Estado e pela industrialização, a América Latina passou por um desmonte industrial e por uma perda de dinamismo produtivo, agravados com a entrada do neoliberalismo na região. Como aponta Vieira et al. (2023), a América Latina foi severamente afetada pela expansão financeira, que provocou o colapso do nacional-desenvolvimentismo, da industrialização substitutiva de importações, da crise da dívida e da hiperinflação, configurando a "década perdida". No mesmo período, o Leste da Ásia manteve e aprofundou seu crescimento, inicialmente liderado pelo Japão e, desde os anos 1990, pela China, consolidando-se como o centro da acumulação mundial.

Esse contraste também se manifesta nos indicadores de longo prazo. Entre 1960 e 2019, as economias latino-americanas, como a Argentina, que antes ocupavam posições vantajosas (com o PIB *per capita* de US$5.643), até que acabaram sofrendo uma inversão completa nas próximas décadas. Enquanto a Argentina multiplicou sua renda *per capita* durante o período de 1960 a 2019 apenas 1,7 vezes, a China que partiu de uma base menor, expandiu-se em 42,9 vezes, ilustrando o declínio relativo da América Latina e a ascensão da Ásia do Leste (Ferrari, 2021, p. 273).

Além disso, a grande desaceleração do crescimento do PIB latino-americano depois de 1980 é resultado do colapso do crescimento da produtividade [...], mesmo a América Latina gerando emprego dinamicamente, e apesar da queda da população (de 2,3% em 1980 a 0,7% em 2023), o crescimento da produtividade colapsou de 3,3% anualmente de 1950 a 1980 para 0,1% entre 1980 e 2019" (Palma, 2025, p. 10, tradução nossa)[5]. Embora a América Latina

[5] Tradução do original: La gran desaceleración del crecimiento del pib latinoamericano después de 1980 es resultado del colapso del crecimiento de la productividad [...], Mientras AL continuó generando empleo

consiga gerar crescimento de produtividade, a região está constantemente enfrentando dificuldades para sustentá-lo.

Segundo Palma (2022), a principal limitação do desenvolvimento na região não está na ausência de capacidade produtiva, mas na dificuldade de sustentar os ganhos de produtividade ao longo do tempo. Essa instabilidade, segundo o autor, decorre de fatores como as dificuldades internas diante da mudança e as distorções de mercado, além da falta de pragmatismo nas reformas econômicas. Ao afirmar que toda estratégia produtiva possui um "prazo de vencimento". Palma (2022), sugere que o desafio central das economias latino-americanas é manter um processo robusto, sustentável e contínuo de inovação, que permita continuar gerando novos motores de crescimento.

Esse desafio de sustentar o crescimento demonstra que o problema da América Latina não se limita apenas à dinâmica produtiva, mas também afeta a estrutura social e ocupacional. Palma (2022) aponta que o colapso da produtividade se refletiu na estrutura do emprego, na qual o crescimento das ocupações no setor de serviços, em conjunto com a dificuldade de mensurar o emprego informal, esteve associado à queda da produtividade. Parte do problema estaria enraizado na concepção ultrapassada do trabalho, visto como um recurso "genérico". Nesse sentido, o autor defende a necessidade de substituir essa visão por uma abordagem voltada ao desenvolvimento do capital humano (Palma, 2022, p. 17).

Enquanto a América Latina enfrentava esses entraves, o Leste Asiático consolidava o seu modelo desenvolvimentista. Nesse período, a principal divergência entre ambas as regiões e suas trajetórias reside na atuação estatal, visto que os países latino-americanos seguiam o receituário neoliberal, enquanto o Estado nos países do Leste Asiático assumia um papel central no desenvolvimento. Segundo Ferrari (2021, p. 276), a estratégia leste-asiática consistia em atender os mercados internacionais e, para isso, era necessária uma alta capacidade de produção, viabilizada pelas altas taxas de poupança e investimento como porcentagem do PIB, além de baixas taxas de consumo.

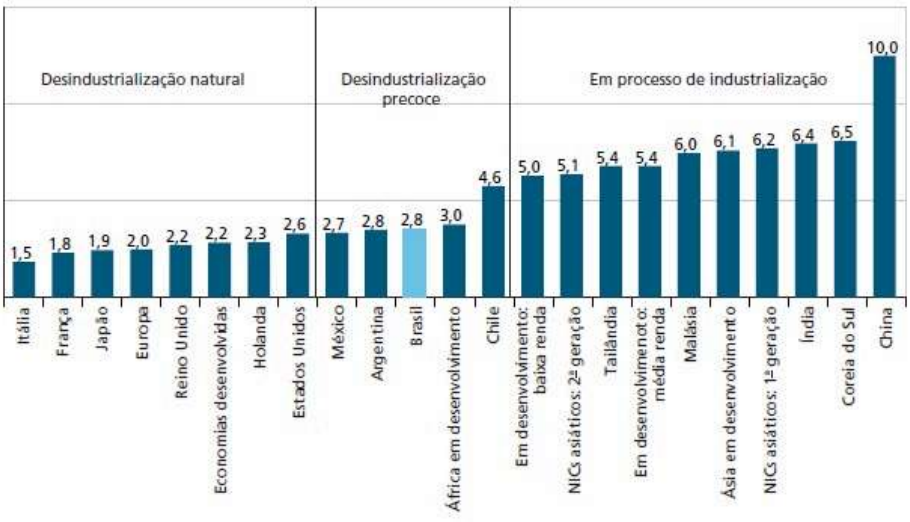
A Figura 6 evidencia, de forma cristalina, a posição estrutural distinta da América Latina e do Leste Asiático. Enquanto os países latino-americanos estão agrupados na categoria de desindustrialização precoce, as economias asiáticas consolidam-se tanto no grupo de desindustrialização natural, como é o caso do Japão, quanto no grupo que permanece em processo de industrialização, como no caso da China e da Coreia do Sul. A Figura 6 reforça como a América Latina e a Ásia do Leste seguiram trajetórias produtivas opostas, com a

---

dinámicamente — y a pesar de la gran caída del crecimiento de la población (de 2.3% en 1980 a 0.7% en 2023)—, el crecimiento de la productividad colapsó de 3.3% anual (1950-1980) a 0.1% (1980-2019).

primeira sofrendo perda de complexidade industrial e a segunda avançando de forma contínua no processo de industrialização.

**Figura 6 - Taxa média anual de crescimento do PIB - regiões e países selecionados (1980-2011)**




Fonte: Arend (2014) com base em UNCTADstat.

Nesse contexto, e através dessa estratégia, o Estado atuava ativamente na coordenação do setor privado, direcionando crédito e protegendo indústrias estratégicas. Como Amsden (1989, p. 76) coloca em evidência, no fim da década de 1970, o volume do IED na Coreia do Sul representava uma fração da Argentina, do Brasil e do México. Esse dado revela como o processo de industrialização coreano foi conduzido, em maior parte, por empresas nacionais, fortemente apoiadas por uma política estatal coordenada voltada à capacitação produtiva. Essa estratégia permitiu um crescimento contínuo e sofisticado, contrastando com o padrão latino-americano, marcado por ciclos instáveis e forte dependência de fatores externos.

Esse contraste não se resumiu à política industrial, mas também à dinâmica da elite empresarial de cada região. Palma (2022) argumenta que, enquanto o dinamismo asiático baseou-se na competição e inovação, a América Latina permanecia presa a suas estruturas oligárquicas, em que o poder econômico se recicla sem alterar a base produtiva. Por exemplo, a Coreia do Sul usou a rotatividade dentro da elite empresarial para escapar não apenas da "armadilha da renda média", como para sustentar o processo de *catching up*. Empresas menos inovadoras perdiam espaço, enquanto novas empresas mais dinâmicas surgiam. Com isso, a estagnação da região latino-americana estaria não apenas fundada na questão tecnológica,

como também na questão ideológica e na capacidade de agências das elites regionais, que deliberadamente freiam a transformação produtiva (Palma, 2022, p. 951).

A divergência no comportamento das elites empresariais foi um dos elementos que evidenciou a consolidação dos dois modelos distintos que cada região seguiu depois da década de 1990. Além desse ponto, as reformas implementadas pelo Consenso de Washington guiaram os países latino-americanos a priorizar a estabilização macroeconômica e a abertura precoce para o mercado externo. Palma (2022) discute como esse distanciamento estratégico entre os países da América Latina e os países da Ásia do leste marca o desenvolvimento asiático, visto que, enquanto a maior parte dos países latino-americanos perseguia uma estratégia orientada ao consumo interno, os países asiáticos priorizavam a produção e exportação.

A implementação de uma abertura financeira e de caráter desindustrializante, típica do Consenso de Washington, impactou profundamente a estrutura econômica latino-americana. Nesse sentido, a consequência desse modelo foi a consolidação de uma economia regional de baixa produtividade e alta desigualdade, resultado da supremacia de tendências de rendas não produtivas. Esse quadro foi estabelecido porque, ao contrário das reformas na Ásia do leste, que foram desenhadas para fortalecer a base industrial e se adaptar a novas tecnologias, as reformas latino-americanas desmontaram o parque produtivo existente, aprofundando a dependência de commodities e fluxos financeiros voláteis (Palma, 2022).

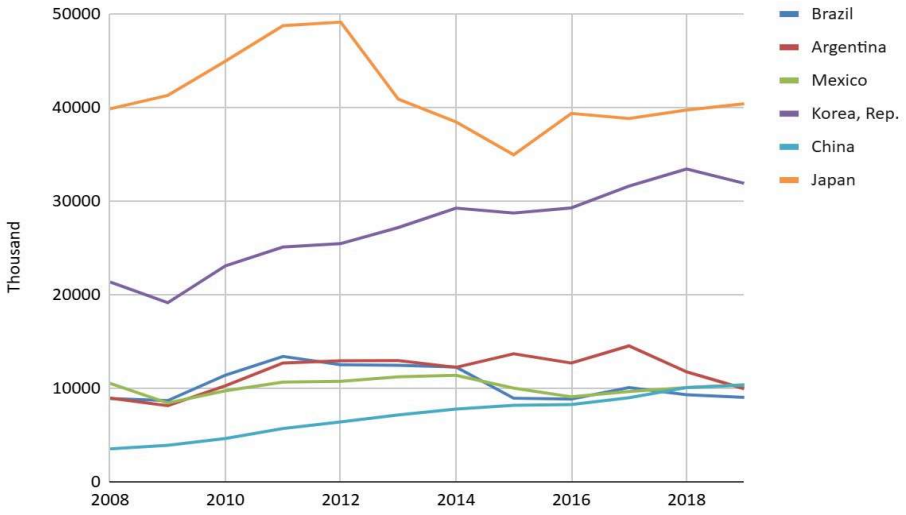
Diferente do que ocorreu durante a década perdida na região latino-americana, a resiliência do modelo asiático ficou evidente mesmo com as crises financeiras da década. Um exemplo disso é como a Coreia do Sul, mesmo sendo um dos países mais afetados pela crise financeira de 1997, manteve o apoio estatal aos chaebols em setores essenciais. Essa aliança firme entre o Estado coreano e os chaebols não demonstra apenas a resistência desses grupos, mas também marca a estratégia deliberada e contínua do Estado em proteger e estimular setores industriais considerados essenciais para o projeto nacional de desenvolvimento (Laplane et al., 2013).

É notável que, enquanto na década de 1970, a América Latina, especialmente a Argentina, Brasil e México concentravam cerca de 55% do valor adicionado da indústria de transformação entre os países em desenvolvimento, na década de 1990 as posições se alteraram. Os países latino-americanos sofreram uma queda de 35,9% enquanto a Ásia disparou de 26,4% para 47,9%, marcando uma inversão histórica. Assim, ao chegar ao século XXI, o Leste Asiático já havia ultrapassado amplamente a América Latina em capacidade industrial e crescimento produtivo (Amsden, 2001, p. 247).

Como conclui Palma (2022), essa transformação está refletida no esgotamento do modelo latino-americano de modernizar sem transformar, não sendo um fenômeno aleatório, mas o resultado direto das mudanças abruptas na política econômica da região. Ao contrário da Ásia do leste, que busca reinventar continuamente suas estruturas produtivas, a América Latina permaneceu presa a um ciclo de dependência e desindustrialização, no qual a estabilidade de curto prazo é a prioridade, e não a busca pela complexidade produtiva.

A resiliência do modelo asiático e a vulnerabilidade da América Latina foram colocadas novamente à prova na crise financeira de 2008. Os dados de PIB *per capita*, ilustrados no Gráfico 1 abaixo, revelaram padrões de recuperação opostos.

**Gráfico 1 – PIB *per capita* (current US$) - Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, China e Japão (2008-2019)**

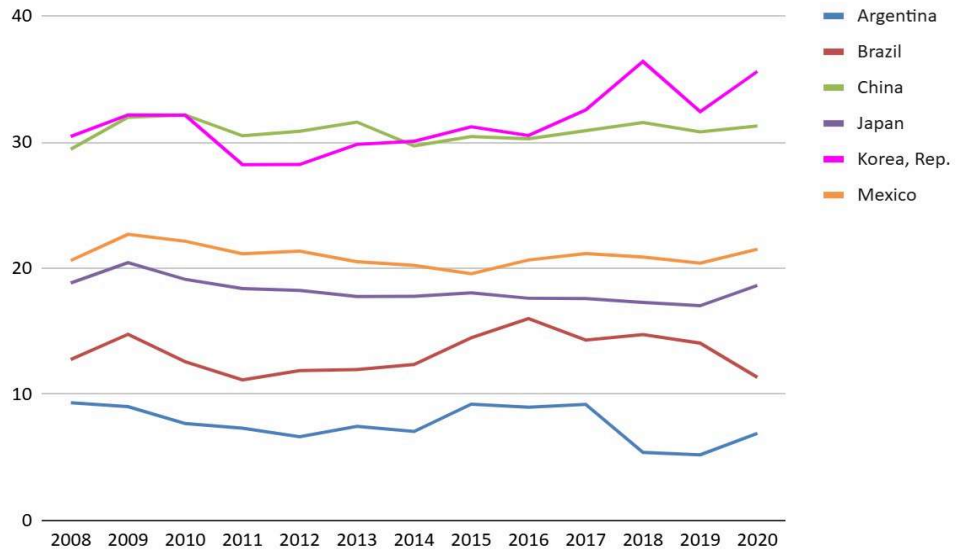



Fonte: Elaboração própria, com dados disponíveis no World Bank (2025).

Enquanto os países do leste da Ásia se recuperaram rapidamente da crise de 2008, a América Latina parecia entrar em uma nova década perdida. Um exemplo comparado: em 2008, o PIB *per capita* coreano (US$21.350) era aproximadamente o dobro do brasileiro (US$8.908) e do argentino (US$8.944). Uma década depois, o PIB *per capita* coreano continuou crescendo, enquanto os países da América Latina continuavam relativamente estacionados (Banco Mundial, 2025).

Essa divergência é ainda mais nítida quando analisada a sofisticação tecnológica das exportações de ambas as regiões. Como mostra o Gráfico 2, as exportações de alta tecnologia demonstram um grande abismo entre a América Latina e a Ásia do Leste.

**Gráfico 2 – Exportações de alta tecnologia (% das exportações de produtos manufaturados) - Argentina, Brasil, China, Japão, Coreia do Sul e México (2008-2020)**




Fonte: Elaboração própria, com dados disponíveis no World Bank (2025).

A análise dos dados revela padrões claramente distintos entre os blocos. De um lado, a China e a Coreia do Sul consolidaram-se como líderes tecnológicos, mantendo um patamar sempre acima de 25%, com a Coreia apresentando o desempenho mais dinâmico. Em contraste, é visível a estagnação do desempenho latino-americano. A Argentina apresenta níveis de desindustrialização tecnológica, registrando participação de 5,9% em 2019. O Brasil também exibe uma trajetória volátil e de baixos níveis, revelando 11,4% de participação em 2020 (Banco Mundial, 2025). Por fim, o Japão e o México ocupam uma posição intermediária e relativamente estável. A estabilidade japonesa espelha sua base em setores de tecnologia média-alta, enquanto a do México é um subproduto de sua integração às cadeias de valor norte-americana.

## 5.1 A ASCENSÃO CHINESA E O IMPACTO NA AMÉRICA LATINA

Foi nesse contexto de fragilidade industrial que a ascensão da China, a partir dos anos 2000, introduziu uma nova dinâmica na relação entre industrialização e especialização

produtiva. O crescimento acelerado da demanda chinesa por commodities agrícolas e minerais redefiniu os termos de inserção internacional da América Latina, ampliando o peso das exportações primárias e reduzindo os incentivos para a diversificação produtiva. Segundo Palma (2022), essa relação pode ser compreendida como uma forma de "desindustrialização indireta", visto que a China superou a América Latina como polo manufatureiro e também tornou o avanço industrial latino-americano dispensável, ao oferecer uma via de crescimento baseada na exportação de recursos naturais.

A estratégia chinesa "Going Global" alterou os termos do intercâmbio internacional. O aumento das exportações de commodities para o mercado chinês reduziu os incentivos à busca pela complexidade tecnológica, reforçando um padrão primário-exportador na região. Além disso, a entrada de manufaturas chinesas nos mercados latino-americanos acentuou a concorrência externa, dificultando a atuação das indústrias locais. Essa configuração acabou redefinindo as relações entre centro-periferia, uma vez que a América Latina voltou a se consolidar como fornecedora de recursos naturais, especialmente petróleo, metais e soja (Rocha e Bielschowsky, 2022, p.25).

Enquanto a China consolidava cadeias industriais complexas e tecnologicamente sofisticadas, as nações latino-americanas experimentaram uma reprimarização de suas pautas exportadoras. Palma (2022), argumenta que esse processo reforçou um novo tipo de dependência, em que a região passou a depender da renda gerada pelas exportações para sustentar o consumo interno, sem transformação estrutural.

Nesse contexto, a melhora dos termos de troca durante o *boom* das commodities mascarou a fragilidade produtiva e baixa densidade tecnológica da região. Além disso, a América Latina desempenhou um papel estratégico na expansão chinesa, ao fornecer recursos naturais em escala global, visto que, entre 2000 e 2015, as importações da região da China aumentaram de 5 para 103 bilhões de dólares (Rocha e Bielschowsky, 2022, p. 11).

Para Rocha e Bielschowsky (2022), a China atua no desenvolvimento latino-americano como um espelho invertido. De um lado, internalizou o aprendizado produtivo e promoveu um salto tecnológico ao coordenar o investimento estrangeiro para que beneficie sua indústria local. De outro, a América Latina, ao abrir mão de exigências semelhantes e aceitar aquisições chinesas sem contrapartidas, limita sua capacidade de transformação, afirmando o legado de fornecedora de matérias-primas, agora, para a máquina industrial chinesa.

Esse processo consolidou o que Palma (2022, p. 957) identifica como uma "assimetria setorial extrema", na qual o setor primário passou a ser o único gerador de crescimento da

produtividade, enquanto serviços e construção forneciam a maior parte do emprego. A relação com a China aprofundou essa especialização regressiva, visto que o país asiático passou a importar matérias-primas da América Latina com o mínimo de processamento, por exemplo, demandando o ferro mas não o aço brasileiro, petróleo venezuelano, porém sem refinar.

Palma (2022, p. 964) ilustra o caso brasileiro, afirmando que a expansão da fronteira primário-exportadora foi sustentada pela devastação ambiental, e como o Brasil vem sustentando o crescimento da produtividade através da devastação da Amazônia. Isso confirma também o alerta de Rocha e Bielschowsky (2022, p. 26), de que a ampliação da exploração dos recursos naturais, sustentada pela demanda chinesa, não tem acompanhado os cuidados ambientais necessários.

Dessa forma, a relação comercial com o gigante asiático não apenas aprofundou a dependência de commodities, como também passou a bloquear vantagens competitivas dinâmicas na região. Enquanto a América Latina se vê limitada pela abundância de recursos naturais, o Leste Asiático consolida um modelo centrado em inovação e tecnologia. Nesse contexto, Palma (2022, p. 973), discorre sobre como a atual América Latina neoliberal e a rigidez estrutural desse modelo, não permitem a busca por uma estrutura distinta, como a do Leste Asiático.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discorreu sobre as distintas trajetórias de desenvolvimento econômico da América Latina e da Ásia do Leste no período de 1980 aos dias atuais, investigando as razões pelas quais a América Latina vivenciou um processo de desindustrialização precoce, ao passo que o Leste Asiático conseguiu alcançar, apesar da industrialização tardia, uma posição de sucesso no sistema internacional. Partiu-se da hipótese de que a divergência central entre as trajetórias das duas regiões está fundamentada na capacidade de coordenação estatal e na implementação de políticas industriais e estratégias de longo prazo. À luz dessa perspectiva, como evidenciado, a trajetória da América Latina no marco temporal analisado foi marcada por um processo de desindustrialização precoce, caracterizado pela perda de complexidade produtiva. Em contraste, o Leste Asiático estruturou modelos de crescimento baseados na intervenção estatal, coordenação produtiva estratégica e orientação exportadora.

A análise detalhada da América Latina mostrou que o processo de desindustrialização precoce não foi um fenômeno natural, mas sim politicamente induzido. Esse período foi sintetizado por Ouriques et al. (2013), que destacam que os governos latino-americanos abandonaram precocemente a estratégia desenvolvimentista para seguir diretrizes dos países centrais, levando ao fenômeno da desindustrialização e uma reversão neocolonial de especialização econômica em commodities. Dessa forma, longe de ser um fenômeno natural na região, este processo foi politicamente introduzido pela alteração no paradigma de um projeto desenvolvimentista para um modelo neoliberal que deliberadamente proporcionou o desmonte industrial e minou a capacidade intervencionista e orientadora do Estado. A abrupta abertura comercial e o abandono das políticas industriais, nesse contexto, funcionaram como um mecanismo análogo à Síndrome Holandesa, estrangulando a indústria manufatureira e reprimarizando as economias.

A análise demonstra que a América Latina experimentou um esgotamento estrutural de seu parque industrial ainda no fim da década de 1970, quando choques externos, como a crise do petróleo e a elevação das taxas de juros dos Estados Unidos escancararam fragilidades históricas de dependência de capitais, tecnologia e insumos importados. Assim, o projeto ISI, que durante décadas havia sustentado taxas elevadas de crescimento, encontrou seus limites. A década de 1980, marcada como a “década perdida”, consolidou a vulnerabilidade externa e pavimentou o caminho para a ascensão da hegemonia neoliberal na

região. Com a liberalização precoce, a retração do Estado e a crença na autorregulação do mercado levaram a região a um processo acelerado de desmonte industrial, caracterizado pela reprimarização da pauta exportadora, pela fragilização tecnológica e pela crescente dependência de commodities.

A análise dos casos de Argentina, Brasil e México permitiu identificar padrões comuns. A Argentina vivenciou uma ruptura precoce, ainda nos anos 1970, com as reformas neoliberais iniciando um ciclo de desmonte que se prolongou até o início de 2000. No Brasil, o processo de desindustrialização foi mais gradual, mas igualmente significativo, aprofundando-se com a abertura comercial dos anos 1990 e ganhando nova intensidade após 2011, com a perda notória de sofisticação tecnológica. Já o México apresentou um caso singular, no qual o aumento das exportações não se converteu em desenvolvimento industrial. O modelo das *maquiladoras* aprofundou a dependência dos EUA, resultando em uma indústria de baixo valor agregado e desconectada do tecido produtivo nacional.

Apesar das especificidades, as nuances dos casos argentino, brasileiro e mexicano revelam que, seja através de um desmonte profundo, de uma erosão gradual ou de uma reconfiguração estrutural subordinada, o resultado final foi convergente: uma reinserção subordinada na economia global, caracterizada pela vulnerabilidade externa e pela perda de complexidade econômica. A adoção prematura de políticas de abertura restrita e austeridade fiscal desmantelou os mecanismos de coordenação produtiva e comprometeu a capacidade estatal de fomentar inovação e setores estratégicos, pilares fundamentais para uma trajetória industrial de longo prazo.

Em sentido oposto, a experiência da Ásia do Leste evidenciou a importância do papel do Estado, da continuidade das políticas industriais e da construção deliberada de capacidades tecnológicas. Observou-se que o Japão, a Coreia do Sul e, mais tarde, a China conseguiram estruturar modelos de desenvolvimento baseados em um Estado forte e ativo na coordenação do desenvolvimento, com foco em investimento em setores estratégicos e protegendo indústrias nascentes. A pesquisa mostrou que a orientação exportadora, longe de ser espontânea, foi resultado de políticas estruturadas que buscavam consolidar competitividade em setores de média e alta tecnologia. Consequentemente, enquanto a América Latina está agrupada na categoria de desindustrialização precoce, as economias asiáticas consolidaram-se em estágio de desindustrialização natural, no caso do Japão, ou permanecem em processo de industrialização, como a China e a Coreia do Sul.

O processo de *catching-up* do Leste Asiático foi impulsionado pela estabilidade estratégica e por instituições sólidas. A capacidade de recuperação dos países diante da crise

de 1997, por exemplo, e a resiliência demonstrada após a crise financeira de 2008, contrastam com a instabilidade latino-americana, comprovando a eficácia do apoio estatal contínuo.

Além disso, a ascensão da China, a partir dos anos 2000, introduziu uma nova dinâmica que acentuou a divergência. O crescimento da demanda chinesa por commodities na América Latina pode ser visualizado como uma fonte de reforçamento do padrão primário-exportador da região, podendo ser interpretada como desindustrialização indireta. Nesse cenário de fragilidade industrial, a América Latina se consolidou como fornecedora de recursos naturais, enquanto a China se tornou o epicentro das cadeias globais de produção, solidificando o Leste Asiático como um bloco exportador de peso em produtos intensivos em conhecimento.

Este estudo comparativo evidenciou, que trajetórias de industrialização não são um desfecho natural, mas sim o produto de escolhas institucionais, políticas e estratégicas. A divergência entre as regiões reflete não apenas diferentes políticas econômicas, mas fundamentalmente, diferentes visões de desenvolvimento. O debate sobre industrialização, portanto, abrange mais do que números de produtividade ou flutuações do PIB. Trata-se de um debate sobre autonomia nacional, soberania econômica, capacidade de planejamento de longo prazo e a possibilidade de fazer parte do sistema internacional de forma menos subordinada. Dessa maneira, a análise demonstrou que, enquanto a América Latina caminhou para uma reinserção dependente e de baixa complexidade, o Leste da Ásia provou que é possível, mesmo a partir de uma posição de atraso, construir trajetórias de *catching-up* sustentadas por políticas industriais robustas, intervenção estatal e uma visão de futuro.

A provocação que fica para futuras análises é: será que as nações latino-americanas, presas em um ciclo de dependência e baixa complexidade, ainda possuem margem institucional e política para reverter o quadro de reprimarização e recuperar sua soberania econômica?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁGICAS

AMSDEN, Alice H.. **Asia's Next Giant**: south korea and late industrialization. New York: Oxford University Press, Inc, 1989.

AMSDEN, Alice H. **A Ascensão do "Resto"**: Desafios ao Ocidente das Economias de Industrialização Tardia. Nova York: Oxford University Press, 2001.

AREND, Marcelo. A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL ANTE A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. In: BRASÍLIA. IPEA. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília. 2014. Cap. 10. p. 375-422.

ARÉVALO, Ana Luisa González. **La desindustrialización en la manufactura mexicana**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2010. 182 p.

B., Raúl C. Jiménez; CRUZ, Moritz. Desindustrialización prematura en México: análisis a nivel desagregado y el efecto de la apertura comercial. **El Trimestre Económico**, [S.L.], v. 92, n. 367, p. 579-608, 1 jul. 2025. Fondo de Cultura Economica. http://dx.doi.org/10.20430/ete.v92i367.2443. Disponível em: https://www.eltrimestreeconomico.com.mx/index.php/te/article/view/2443/2755. Acesso em: 08 jul. 2025.

BACELETTE, Ricardo. A crescente integração do Leste da Ásia, os novos arranjos institucionais e o papel da China. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, dez. 2014. (Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI; n. 18). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5324. Acesso em: 15 out. 2025.

BARTIS, Germán Herrera. ¿De qué hablamos cuando hablamos de desindustrialización? Un breve recorrido por el debate teórico y una reflexión desde el caso argentino. **Divulgatio. Perfiles Académicos de Posgrado**, [S.L.], v. 3, n. 07, p. 152, 28 nov. 2018. Universidad Nacional de Quilmes. http://dx.doi.org/10.48160/25913530di07.77. Disponível em: https://ojs.unq.edu.ar/index.php/divulgatio/article/view/77. Acesso em: 20 maio 2025.

BERTOLA, Luis; OCAMPO, Jose. **Desenvolvimento, vicissitudes E desigualdade**: uma história econômica da américa latina desde a independência. Madrid: Sgi, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. CINQUENTA ANOS DE PENSAMENTO NA CEPAL - UMA RESENHA. In: Ricardo Bielschowsky (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Abdr, 2000. Cap. 1. p. 13-68.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; DA ROCHA, Felipe Freitas. La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina. Santiago de Chile: **Cepal**, 2018. Série Revista Cepal. Disponível em: https://hdl.handle.net/11362/44300. Acesso em: 10 ago. 2025.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: RICARDO BIELSCHOWSKY (org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008):** América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: CGEE, 2013. Cap. 4. p. 137-210.

BLANKE, Svenja. **México: una gran crisis sin (grandes) respuestas**. 2009. Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/mexico-una-gran-crisis-sin-grandes-respuestas/. Acesso em: 20 set. 2025.

BONFANTI, Fernando Ariel. Análisis del modelo de industrialización por sustitución de importaciones en América Latina y en Argentina. Una mirada hacia la realidad industrial actual en Argentina. **Geográfica Digital**, [S.L.], v. 12, n. 24, p. 1, 25 out. 2017. Universidad Nacional del Nordeste. http://dx.doi.org/10.30972/geo.12242164. Disponível em: https://revistas.unne.edu.ar/index.php/geo/article/view/2164. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos; JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. Coreia do Sul, China e o processo de catching-up: uma análise novo-desenvolvimentista. **Princípios**, [S.L.], v. 1, n. 159, p. 206-235, 2020. Lepidus Tecnologia. http://dx.doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.159.009. Disponível em: https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/25 . Acesso em: 15 ago. 2025

CALDERÓN-VILLARREAL, Cuauhtémoc; HERNÁNDEZ-BIELMA, Leticia. Cambio estructural y desindustrialización en México. **Escuela Superior de Economía, Instituto Politécnico Nacional**, Ciudad de Mexico, v. 12, n. 23, p. 153-190, dez. 2016.

CAMARA NETO, Alcino Ferreira; VERNENGO, Matias. Padrões de investimento, crescimento e produtividade na economia argentina. In: RICARDO BIELSCHOWSKY (org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008):** América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: CGEE, 2013. Cap. 3. p. 113-136.

CANO, Wilson. Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 265-302, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3533/TD304.pdf. Acesso em: 03 jul. 2025.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São José: Unesp, 2023.

FERRARI, César. **Paradigmas y políticas económicas en el leste de asia y latinoamérica**. 2021. Disponível em: https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/ecoins/article/view/7650/10902. Acesso em: 02 abr. 2025.

FURTADO, João. Economia mexicana a partir da substituição de importações: o desenvolvimento e alguns dos seus limites. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (comp.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008):** América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Gcee, 2013. Cap. 7. p. 303-350.

GHIBAUDO, Federico; RACCANELLO, Mario. Crecimiento y reindustrialización acotada (2002-2015). In: ROUGIER, Marcelo (comp.). **La industria argentina en su tercer siglo**: una historia multidisciplinar (1810-2020). Buenos Aires: Ministerio de Desarrollo Productivo de La Nación, 2021. Cap. 6. p. 315-382.

GONZÁLEZ, Arturo Huerta. La industria manufacturera mexicana vista en el contexto de industrialización de China e India. **Economía Informa**, [S.L.], v. 384, p. 41-69, jan. 2014. Universidad Nacional Autonoma de Mexico. http://dx.doi.org/10.1016/s0185-0849(14)70410-4. Disponível em: https://www.economia.unam.mx/assets/pdfs/econinfo/384/arturohuerta.pdf. Acesso em: 04 jul. 2025.

GRAÑA, Juan M.; TERRANOVA, Lucas; WEKSLER, Guido. ¿Los gansos todavía vuelan? Un análisis sobre la industrialización en Asia Pacífico tras la emergencia de China. **Estudios de Asia y África**, [S.L.], v. 59, n. 3, p. 1-24, 15 ago. 2024. El Colegio de Mexico, A.C.. http://dx.doi.org/10.24201/eaa.v59i3.2937. Disponível em:

https://estudiosdeasiayafrica.colmex.mx/index.php/eaa/article/view/2937. Acesso em: 15 out. 2025.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. ESTADO, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO: O MODELO COREANO E A INTERPRETAÇÃO DA CRISE ASIÁTICA. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 253-269, nov. 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=23816088017. Acesso em: 12 out. 2025.

HELAL, Diogo Henrique; ROCHA, Daniete Fernandes. Comparando Políticas de Desenvolvimento e Atuação do Estado América Latina e Leste Asiático. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 11, n. 23, p. 4-39, maio 2013.

HERMANN, Jennifer. O papel dos bancos públicos. In: CEPAL (org.). **TEXTOS PARA DISCUSSÃO CEPAL • IPEA**. Santiago de Chile: Ipea, 2010. p. 7-32.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Carta IEDI, n. 920. **O perfil setorial do retrocesso da indústria brasileira**. São Paulo: IEDI, 18 abr. 2019. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_920.html . Acesso em: 15 oct. 2025.

LABORDE CARRANCO, Adolfo Alberto. El Estado Desarrollador en Japón: análisis histórico de los siglos XIX y XX y sus lecciones para América Latina. Working Paper n.08, United Nations University - Institute on Comparative Regional Integration Studies (UNU-CRIS), Bruges, 2025. Disponível em: https://cris.unu.edu/sites/cris.unu.edu/files/WP25.08_Carranco.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.

LAPLANE, Mariano Francisco *et al*. Padrões de crescimento, investimento e processos inovadores:: o caso da coreia do sul. In: RICARDO BIELSCHOWSKY (org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008):** América Latina, Ásia e Rússia. 2. ed. Brasília: Gcee, 2013. Cap. 10. p. 491-556.

LAU, Sie Ting; MCINISH, Thomas H. IMF bailouts, contagion effects, and bank security returns. **International Review Of Financial Analysis**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 3-23, jan. 2003. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/s1057-5219(02)00126-6. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1057521902001266?via%3Dihub. Acesso em: 13 out. 2025.

MASON, Andrew D.; SHETTY, Sudhir. A Resurgent East Asia: navigating a changing world. **World Bank East Asia And Pacific Regional Report**, [S.L.], p. 01-175, 13 nov. 2018. Washington, DC: World Bank. http://dx.doi.org/10.1596/978-1-4648-1333-7. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/08889be2-08a7-57e9-ba4a-2cb1c940fc20. Acesso em: 01 set. 2025.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Estratégias nacionais de desenvolvimento. In: Ricardo Bielschowsky (org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008):** América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: CGEE, 2013. Cap. 2. p. 79-112.

MOURA, Rafael. **INDUSTRIALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EMPARELHAMENTO TECNOLÓGICO NO LESTE ASIÁTICO:**: os casos de japão, taiwan e china. Rio de Janeiro: Ideia D, 2021.

MUNHOZ, Dercio Garcia. América Latina: Ortodoxia econômica e dependência financeira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 01, p. 07-23, 01 jan. 2002. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19714. Acesso em: 20 maio 2025.

N'DIAYE, Papa M'B. P.. Transforming China: insights from the japanese experience of the 1980's. **Imf Working Papers**, [S.L.], v. 10, n. 284, p. 1, 2010. International Monetary Fund (IMF). http://dx.doi.org/10.5089/9781455210916.001. Disponível em: https://www.imf.org/en/publications/wp/issues/2016/12/31/transforming-china-insights-from-the-japanese-experience-of-the-1980s-24492. Acesso em: 15 set. 2025.

ODISIO, Juan; ROUGIER, Marcelo. **La industrialización argentina revisitada. Un repaso estilizado de los avatares de la producción manufacturera en el largo plazo (1880-2020)**. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.18800/revistaira.202201.002. Acesso em: 15 jul. 2025.

OHNO, Kenichi. **THE HISTORY OF JAPANESE ECONOMIC DEVELOPMENT**: origins of private dynamism and policy competence. New York: Routledge, 2018. 207.

OKUDA, Satoru. INDUSTRIALIZATION POLICIES OF KOREA AND TAIWAN AND THEIR EFFECTS ON MANUFACTURING PRODUCTIVITY. **The Developing Economies**, [S.L.], v. 35, n. 4, p. 358-381, dez. 1997. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/j.1746-1049.1997.tb00852.x. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1746-1049.1997.tb00852.x. Acesso em: 25 out. 2025.

OURIQUES, Helton Ricardo; VIEIRA, Pedro Antonio; ARIENTI, Patrícia Fonseca Ferreira. O fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 31-62, out. 2013. Disponível em: https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/19. Acesso em: 25 set. 2025.

PALMA, José Gabriel. Latinoamérica es la región con el menor crecimiento de la productividad en el mundo desde las reformas neoliberales. La nueva trampa del ingreso medio: rentas fáciles no generan precisamente élites schumpeterianas. **El Trimestre Económico**, [S.L.], v. 89, p. 943-977, jul. 2022. Fondo de Cultura Economica. http://dx.doi.org/10.20430/ete.v89i355.1595. Disponível em: https://www.eltrimestreeconomico.com.mx/index.php/te/article/view/1595/1524. Acesso em: 20 maio 2025.

PALMA, José Gabriel. Desindustrialización, desindustrialización. **El Trimestre Económico**, [S.L.], v. 86, n. 344, p. 901-966, 4 out. 2019. Fondo de Cultura Economica. http://dx.doi.org/10.20430/ete.v86i344.970. Disponível em: https://www.eltrimestreeconomico.com.mx/index.php/te/article/view/970. Acesso em: 25 maio 2025.

PALMA, José Gabriel. América Latina y su “gatopardismo a la inversa”: para que todo pueda seguir igual, nada puede cambiar. ¿trampa del ingreso medio o ⁖trampa neoliberal⁝?. **El Trimestre Económico**, [S.L.], v. 92, n. 365, p. 7-74, 3 jan. 2025. Fondo de Cultura Economica. http://dx.doi.org/10.20430/ete.v92i365.2682. Disponível em: https://www.eltrimestreeconomico.com.mx/index.php/te/article/view/2682. Acesso em: 08 ago. 2025.

PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Pulo Roberto Neves; NUNES, Wellington; ILHA, Angela. Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre brasil, argentina e méxico (1920-1970). **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 503-519, set. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572014000300009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/9fLKxTcQKjjvNtm5hKhXfvv/?format=html&lang=pt. Acesso em: 20 maio 2025.

PERISSINOTTO, Renato; NUNES, Wellington. Elites, Estado e Industrialização: uma análise fuzzyset. **Dados**, [S.L.], v. 66, n. 4, p. 1-45, fev. 2023. FapUNIFESP (SciELO).

http://dx.doi.org/10.1590/dados.2023.66.4.302. Disponível em: https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.4.302. Acesso em: 20 maio 2025.

S., Enrique Rajchenberg. El fin de una ilusión: la industria manufacturera mexicana después de los años ochenta. **Cuadernos de H Ideas**, [S.L.], v. 15, n. 15, p. 01-17, 10 dez. 2021. Universidad Nacional de La Plata. http://dx.doi.org/10.24215/23139048e047. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/164236/Versi%C3%B3n_en_PDF.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02 jun. 2025.

SAKONG, Il; KOH, Youngsun. **La economía coreana Seis décadas de crecimiento y desarrollo**. Santiago: Cepal, 2018.

SAMPAIO, Daniel Pereira. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL (1985-2015). In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Cap. 12. p. 369-396.

SANTARCÁNGELO, Juan; SCHTEINGART, Daniel; PORTA, Fernando. Cadenas Globales de Valor: una mirada crítica a una nueva forma de pensar el desarrollo. **Dialnet**, [*s. l*], v. 4, n. 7, p. 99-129, out. 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6230712. Acesso em: 11 set. 2025.

Schorr, Martín. **Desindustrialización y reestructuración regresiva en el largo ciclo neoliberal (1976-2001)**. In: ROUGIER, Marcelo (org.). **La industria argentina en su tercer siglo**: una historia multidisciplinar (1810-2020). Buenos Aires: Ministerio de Desarrollo Productivo de La Nación, 2021. p. 263-314.

SCHORR, Martín; WAINER, Gaston Andres. **La desindustrialización argentina en el largo ciclo neoliberal (1976-2001): una aproximación a la trayectoria de las clases y fracciones de clase**. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.18232/20073496.1287. Acesso em: 20 set. 2025.

SHARMA, Shalendra D.. Why China Survived the Asian Financial Crisis? **Brazilian Journal Of Political Economy**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 225-252, jun. 2002. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572002-1235. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/wmnzTsFNvVjbxnyH8S4fFkf/?format=html&lang=en. Acesso em: 13 set. 2025.

SOBRINO, Jaime. Desempeño industrial en las principales ciudades de México, 1980-2003 / Industrial Performance in Mexico's Principal Cities, 1980-2003. **Estudios Demográficos y Urbanos**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 243, 1 maio 2007. El Colegio de Mexico, A.C.. http://dx.doi.org/10.24201/edu.v22i2.1280. Disponível em: https://estudiosdemograficosyurbanos.colmex.mx/index.php/edu/article/view/1280. Acesso em: 26 maio 2025.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [S.L.], v. 8, n. 4, p. 493-504, dez. 1988. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0101-31571988-4005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/V7jK4mYRZsrpMsJd5jJcpxc/?lang=pt. Acesso em: 25 maio 2025.

VERGNHANINI, Rodrigo; ONODA, Suzana. Desindustrialização brasileira no século XXI: introduzindo o papel da demanda doméstica*. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 1-26, fev. 2024. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n2.265903. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/k7tVyS6XChDN6Y3pSwVpqJG/?format=html&lang=pt. Acesso em: 30 fev. 2025.

VIEIRA, Pedro Antonio; OURIQUES, Helton Ricardo; SANTOS, Fábio Pádua dos. Trajetórias divergentes: a américa latina e o leste asiático na economia-mundo capitalista. **Colombia Internacional**, [S.L.], n. 113, p. 23-59, jan. 2023. Universidad de los Andes. http://dx.doi.org/10.7440/colombiaint113.2023.02. Disponível em: https://journals.openedition.org/colombiaint/3248. Acesso em: 10 mar. 2025.

World Bank. GDP growth (annual %) - Argentina, Brasil, México. Banco Mundial - World Development Indicators. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1989&locations=AR-BR-MX&start=1970 . Acesso em: 03 jul. 2025.

World Bank. (2025). GDP per capita (current US$) - World Development Indicators. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?end=2018&locations=BR-MX-KR-AR-CH-JP&start=2008. Acesso em: 17 out. 2025.

World Bank. (2025). High technology exports (% of manufactured exports). World Development Indicators. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.TECH.MF.ZS. Acesso em: 18. out. 2025.